



**Universidade de Brasília - UnB**  
**Faculdade de Ciência da Informação - FCI**  
**Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCINF**

Jamenson Araujo De Freitas

**FICÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO:  
ANÁLISE DO LIVRO 1984, DE GEORGE ORWELL**

Brasília  
2022

Jamenson Araujo De Freitas

FICÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO:  
ANÁLISE DO LIVRO 1984, DE GEORGE ORWELL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes  
Coorientadora: Dra. Elizângela Carrijo

Brasília  
2022

FF866f Freitas, Jamenson Araujo de  
Ficção e regime de informação: Análise do livro 1984, de George Orwell / Jamenson Araujo de Freitas; orientador Ana Lúcia de Abreu Gomes; co-orientador Elizângela Carrijo. -- Brasília, 2022.  
85 p.

Dissertação(Mestrado em Ciência da Informação) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. regime de informação. 2. ficção. 3. Ciência da Informação. 4. 1984. 5. análise de conteúdo. I. Gomes, Ana Lúcia de Abreu , orient. II. Carrijo, Elizângela, co-orient. III. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** “ Ficção e Regime de Informação: análise do livro 1984, de George Orwell ”

**Autor (a):** Jamenson Araujo de Freitas

**Área de concentração:** Gestão, Organização e Comunicação da Informação e do Conhecimento

**Linha de pesquisa:** Produção, socialização e Usos da Informação e do Conhecimento

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **MESTRE** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: 23 de setembro 2022.

Presidente (UnB/PPGCINF): Ana Lúcia de Abreu Gomes

Membro Externo ( UFF): Carlos Henrique Juvêncio da Silva

Membro Interno (UnB/PPGCINF): Clovis Carvalho Britto

Suplente ( UnB/FCI): Lillian Maria Araujo de Rezende Alvares

Em 17/08/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 21/10/2022, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 21/10/2022, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Juvencio da Silva, Usuário Externo**, em 21/10/2022, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Lillian Maria Araujo de Rezende Alvares, Membro do Colegiado do Curso de Arquivologia da Faculdade de Ciência da Informação**, em 11/11/2022, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?)



acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0, informando o código verificador **8555683** e o código CRC **F476A859**.

Para minha mãe Idê, minha irmã  
Camila e minha esposa Pollyana.

## AGRADECIMENTOS

Primeiro à Universidade de Brasília, que segue firme em meio a constantes cortes financeiros e um aparente – e injusto – descrédito perante uma parcela da população brasileira, que me permitiu aprender o pouco que sei. Ao sistema público e gratuito de ensino que é ferramenta essencial na construção de uma sociedade melhor.

À CAPES, por me conceder bolsa de estudos por mais da metade do tempo total em que estive envolvido no mestrado. Agradecimento que precisa ser reforçado diante do atual momento brasileiro que é de cortes financeiros e desvalorização da pesquisa científica.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, que foi o local em que pude desenvolver minha pesquisa. Aos professores e professoras do programa por todo conhecimento transmitido, pela contribuição em minha formação e pela compreensão que a COVID-19 exigiu durante o período letivo.

À minha professora orientadora Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes, que acolheu minha pesquisa desde o projeto, e minha professora coorientadora Dra. Elizângela Carrijo, que tive a sorte e a alegria de contar com a orientação após minha banca de qualificação. Ambas ensinaram da melhor forma possível, sempre com muita generosidade, paciência e disciplina. O que aprendi com elas extrapolou o limite do acadêmico e levarei sempre comigo.

Aos professores Dr. Clóvis Carvalho Britto e Dr. Carlos Henrique Juvêncio e a professora Dra. Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares por aceitarem participar da banca de avaliação e contribuir com meu trabalho.

À Gabriela Pereira de Mello pela gentileza de escrever o *abstract* do trabalho.

Aos amigos e amigas que costumam ser respiro no correr da vida. Em especial, a Juliana Caetano que compartilha comigo as dores e alegrias desta vida acadêmica desde o longínquo ano de 2012.

À aquelas que sei que sempre estarão comigo: Idê, Camila e Pollyana. Mulheres que me mostram como a vida é bela e vale a pena ser vivida.

Obrigado.

Têm razão os cépticos quando afirmam que a história da humanidade é uma interminável sucessão de ocasiões perdidas. Felizmente, graças à inesgotável generosidade da imaginação, cá vamos suprimindo as faltas, preenchendo as lacunas o melhor que se pode, rompendo passagens em becos sem saída e que sem saída irão continuar, inventando chaves para abrir portas órfãs de fechadura ou que nunca a tiveram.

José Saramago

## RESUMO

Procura entender o Regime de Informação na obra *1984*, de George Orwell, associado ao método da análise de conteúdo. O objetivo geral é entender o Regime de Informação no livro *1984*, de George Orwell, à luz da Ciência da Informação. Os objetivos específicos propostos são a. cotejar a Ciência da Informação no período de seu surgimento formal com George Orwell e sua obra; b. entender como a ficção se relaciona com os campos da memória, história, informação e literatura; c. compreender o Regime de Informação existente em *1984*. As categorias de análise propostas foram elaboradas a partir do conceito de Regime de Informação associado ao método da análise de conteúdo, são elas: organizações, meios e recursos preferenciais, autoridades informacionais e regras. Após análise do conteúdo que diz respeito ao Regime de Informação, constatou-se que seu objetivo é alteração constante do passado, por meio manipulação dos documentos e das lembranças. Também foi inferido que para a concretização da alteração do passado é necessário o uso e manipulação da memória, história e informação. Foi realizado uma contextualização do período inicial do campo da Ciência com a vida e obra de George Orwell. Foram apresentadas possíveis aproximações existentes entre a ficção com a memória, história, informação e a literatura. Apresentado e analisado o Regime de Informação na obra *1984*, além de exposto o próprio conceito em relação ao livro. Busca-se com este trabalho aproximar os estudos realizados no campo da Ciência da Informação à narrativa de ficção, desde que existam temáticas que sejam pertinentes ao campo da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Regime de Informação; ficção; Ciência da Informação; George Orwell; 1984; análise de conteúdo.

## ABSTRACT

It seeks to understand the Information Regime in the book 1984, by George Orwell, associated with the content analysis method. The general objective is to understand the Information Regime in the book 1984, by George Orwell, in the light of Information Science. The specific objectives proposed are a. to compare Information Science in the period of its formal appearance with George Orwell and his work; b. to understand how fiction relates to the fields of memory, history, information and literature; c. to understand the Information Regime existing in 1984. The proposed categories of analysis were elaborated from the concept of Information Regime associated with the content analysis method, they are: organizations, preferred means and resources, informational authorities and rules. After analyzing the content that concerns the Information Regime, it was found that its objective is the constant alteration of the past, through the manipulation of documents and memories. It was also inferred that the use and manipulation of memory, history, and information is necessary for the realization of the alteration of the past. A contextualization of the early period of the Science field with the life and work of George Orwell was performed. Possible approximations existing between fiction with memory, history, information and literature were presented. The Information Regime in 1984 was presented and analyzed, besides exposing the concept itself in relation to the book. This work seeks to bring closer the studies carried out in the field of Information Science to the narrative fiction, as long as there are themes that are pertinent to the field of Information Science.

Keywords: Information Regime; fiction; Information Science; George Orwell; 1984; content analysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Primeira edição – Segunda impressão

65

## **LISTA DE TABELAS**

Quadro 1 - Regime de Informação 1984: organizações	26
Quadro 2 - Regime de Informação 1984: meios e recursos	27
Quadro 3 - Regime de Informação 1984: autoridades informacionais	28
Quadro 4 - Regime de Informação 1984: regras	28

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CI	Ciência da Informação
BBC	British Broadcasting Corporation
NDRC	National Defense Research Committee
POUM	Partido Operário da União Marxista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Objetivos .....	20
1.2 Metodologia.....	20
2. CAPÍTULO I: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GEORGE ORWELL: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES .....	32
3. CAPÍTULO II: FICÇÃO COMO VERDADE, VERDADE COMO FICÇÃO.....	44
3.1 Ficção e Memória.....	45
3.2 Ficção e História.....	48
3.3 Ficção e Informação .....	51
3.4 Ficção e Literatura.....	54
4. CAPÍTULO III: REGIME DE INFORMAÇÃO EM 1984.....	60
4.1 Regime de Informação .....	60
4.2 Regime de Informação em 1984.....	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	75
6. REFERÊNCIAS .....	79
APÊNDICE A – Quadro ação de informação e meta informação .....	84
APÊNDICE B – Quadro ação de informação e infraestrutura .....	85

## 1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho se coloca nas fronteiras entre os campos da ciência da informação e da Literatura a partir de um problema de pesquisa que foi articulado com base em leituras e questionamentos advindos desses campos. As temáticas da memória, ficção e do Regime de Informação são os pontos de interesse que se pretende usar para este exercício. Mas, é preciso deixar claro, como este trabalho está inserido em um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, é para ela que os olhos estarão voltados.

A escolha do livro *1984*, escrito por George Orwell e publicado em 1949, aconteceu em vista da situação que nele é apresentada. Os temas da memória e Regime de Informação são tocados em cheio durante todo o texto de Orwell. Como se sabe, todas estas temáticas, fazem parte do escopo da ciência da informação e da rotina daqueles/as que se propõem a atuar de forma prática ou teórica no campo da CI.

O primeiro destes pontos de contato, entre a CI e a obra, é nossa relação com o passado, a memória e a História e como estes temas são atravessados pela informação. Quando algo resiste ao tempo e pode ser usado para responder questões feitas por pessoas diferentes, e que estão separadas pelo tempo e pelo espaço, pode-se considerar que ali há informação. Mesmo que as estruturas para preservação da informação sejam inúmeras os arquivos, bibliotecas e museus são importantes dispositivos para execução desta função.

Como é fácil de se imaginar, da mesma forma que acontece com nossa memória, não é possível preservar tudo em nossos acervos. Isto significa que, necessariamente, estas instituições precisam realizar processos de seleção, fato que abre margem para uma pergunta: por que isso e não aquilo? Não é objetivo desta pesquisa responder a esta questão – se considerarmos que esse trabalho seja realmente possível – e, mesmo que, fosse possível burlar nossa incapacidade, e tudo fosse devidamente guardado e registrado, ainda assim, não poderíamos preservar o passado de maneira integral.

Diante disso, a memória entendida como representação do passado, no sentido daquilo que persiste, que permanece e que fica registrada para a posteridade, envolve um processo de seleção. Quando algo é preservado, significa dizer que algo foi perdido. Dentro desse contexto de seleção, os profissionais da Ciência da Informação possuem papel relevante. Ao constituir e selecionar os acervos de arquivos, bibliotecas e museus, eles estão contribuindo para a construção de uma parte dessa memória que será guardada para as futuras gerações. Também é importante esclarecer que esses profissionais se preocupam em conservar acervos, como uma

tentativa de redução do processo natural do esquecimento. Oliveira e Rodrigues afirmam sobre o assunto:

As limitações da memória humana levaram o homem a buscar, em recursos externos, as chamadas memórias artificiais, a compensação para o esquecimento. A necessidade de acesso aos registros por ele produzidos no decorrer do tempo levou à criação das instituições de memória que deveriam preservar os registros do conhecimento humano nas suas mais diversas formas de materialização: arquivos, bibliotecas e museus. Da mesma forma, o desenvolvimento e a sistematização de determinadas práticas utilizadas para a conservação e o acesso a esses registros deram origem a novos campos do saber: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2017, p. 17).

Atualmente, com a natureza mutável das redes, das páginas e o grande volume – para muitos, excesso – de produção informacional que nos rodeia, este ato de seleção se tornou ainda mais necessário, difícil e trabalhoso. Este fato nos leva para o outro lado da questão: o esquecimento, que normalmente é:

descrito como uma falha da memória: clinicamente, como disfunção; socialmente, como distorção; academicamente, como uma forma de pecado original; em termo de vivência, como um subproduto lamentável do envelhecimento (HUYSSSEN, 2014, p. 155).

Para além da nossa incapacidade de preservar tudo, existe uma necessidade de esquecer. É por meio do ato de esquecer que nossa memória se conforma. Essa relação, bem como grande parte daquilo que pensamos atualmente, já era observada na Grécia antiga. Para eles, a memória era um dom concedido pela deusa *Mnemosine* aos poetas, chamados de *aedo*. Ela permitia que o *aedo* tivesse acesso aos tempos anteriores, da criação. Mas para alcançar a plena lembrança, o poeta deveria esquecer o tempo presente. Já existia ali uma articulação intrínseca entre lembrar e esquecer.

No livro *A genealogia da moral*, Nietzsche apresenta outra perspectiva para o esquecimento. Para ele, a condição natural do ser humano é esquecer, não lembrar. A capacidade de guardar dentro de si acontecimentos passados foi adquirida por meio da força, da violência e em sociedade. Esta inversão de papéis entre a lembrança e o esquecimento em Nietzsche abre outras possibilidades de análise para as tensões entre a memória e o esquecimento.

Na esfera pública e política, o esquecimento pode se apresentar na forma de anistia. Decretada juridicamente, ela “põe um fim a graves desordens políticas que afetam a paz civil” (RICOEUR, 2007, p. 460). Está relacionada a espécie de graça ou perdão, no sentido cristão das palavras (WEINRICH, 2001, p. 13). Essa forma de esquecer, que é imposta, nem sempre é

um caminho apropriado para um esquecimento feliz, principalmente quando aquilo que se perdoa é um grande trauma.

Mas não é nenhum destes esquecimentos que é encontrado no livro de Orwell. Não é aquele que permite a formação da memória, não é aquele “feliz” ou mesmo em forma de anistia. O que há é um esquecimento construído de forma intencional e que abrange todos os aspectos possíveis da sociedade. Como não podemos voltar a condição de seres sem memória, como proposto em Nietzsche, passamos a depender dela para nos identificarmos enquanto seres individuais e coletivos.

Atualmente, um fenômeno ganhou destaque que vai além das discussões acadêmicas, é a chamada pós-verdade. Em 2016, foi eleita a palavra do ano pelos responsáveis pela publicação do dicionário Oxford. O termo ganhou destaque naquele ano durante a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, que ficou conhecido como *Brexit*<sup>1</sup>. Em ambos os casos, foram identificadas grande quantidade de notícias falsas divulgadas. O dicionário em questão define pós-verdade como “relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal”.<sup>2</sup>

Dessa forma, ocorre uma descentralização informacional no sentido de acontecimentos, fatos ou notícias. A maneira de buscar informação mudou dos grandes grupos de notícia, nos quais a verificação de veracidade da informação divulgada é mais fácil, para as redes sociais descentralizadas em que qualquer pessoa pode criar e expor suas opiniões, visões de mundo e aquilo que considera certo. Assim, o termo pós-verdade também carrega em si o abandono ou superação da verdade, como Dodebei afirma:

[...] a expressão pós-verdade exemplifica uma expansão no significado do prefixo pós - que se tornou cada vez mais proeminente nos últimos anos. Em vez de simplesmente referir-se ao tempo após uma situação ou evento especificado - como no pós-guerra ou pós-correspondência - o prefixo em pósverdade tem um significado como pertencer a um tempo em que o conceito - verdade - tornou-se sem importância ou irrelevante (DODEBEI, 2021, p, 10).

Também é preciso comentar o uso cada vez mais constante de algoritmos que proporcionam uma nova camada para a vigilância apresentada no livro de Orwell. Estes que podem ser entendidos como um passo-a-passo para resolução de um problema ou conclusão de um objetivo, são pensados para recomendar conteúdo altamente adaptável para cada usuário/a

---

<sup>1</sup> Brexit: British + exit

<sup>2</sup> PÓS-VERDADE é eleita a palavra do ano pelo Dicionário Oxford. **G1**, nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/pos-verdade-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford.ghtml>. Acesso em: 6 maio 2021.

para manter as pessoas nas redes sociais pelo maior tempo possível, em troca de lucro com propagandas<sup>3</sup>. Com eles, uma nova forma de capitalismo é inaugurada, em que nosso tempo – que no limite é tudo o que temos – vira produto e é predado com frequência.

Dentro do que é possível enxergar, no tempo de preparação e escrita deste trabalho, o livro de Orwell assume a posição de ponto de partida para debates sobre a Informação e sua participação na construção da representação do passado. Nosso Regime de Informação muda com velocidade que impede a sua total compreensão. Fato este que carece de atenção, por quem se interessa e debruça sobre estes temas. Mas também por governantes que precisam acompanhar e legislar sobre essas redes, principalmente no que diz respeito à vigilância, uso de dados e privacidade. Ao contrário, o que vemos na prática é que a “tartaruga governamental não é capaz de se emparelhar com a lebre tecnológica” (HARARI, 2016, p.337).

O que se quer enfatizar aqui não é que estes temas existam no texto de Orwell, nem que ele os previu. Mas, sim, que estes assuntos o atualizam e trazem à tona novos debates para nosso tempo. Nesse sentido, percebemos que nossa realidade extrapolou a ficção, não o inverso disso, como é hábito dizer. O controle e a vigilância deixaram de ser unificados e compulsórios, como vemos em Orwell, para espontâneo e descentralizado<sup>4</sup>.

No que diz respeito ao livro *1984*, de Orwell, todos esses assuntos convergem em um tema central, que é o Regime de Informação. memória, informação, História e passado também estão presentes no texto. Nesta pesquisa o que se propõe é analisar o Regime de Informação apresentado e buscar entender algumas implicações nestes outros assuntos que são atravessados por este Regime.

Também é importante comentar que o livro de Orwell ainda ecoa na atualidade. Quando o que se vê e ouve é posto à prova por declarações ou registros falsos, Orwell é uma referência constante para pensar os processos e interesses que estão envolvidos<sup>5</sup>. No Brasil, seus livros

---

<sup>3</sup> Uma receita, por exemplo, é um algoritmo simples. Nela há todas as instruções e passo-a-passo necessário para resolver um problema: o preparo de um prato.

<sup>4</sup> É o caso de uso de serviços de grandes empresas da *internet* como *Google* e *Facebook* que armazenam dados de usuários/as. Assim, é espontâneo porque ao usar estes serviços fornecemos dados por conta própria. E é descentralizado porque existem vários dispositivos em que há coleta de dados, como: celulares, computadores, televisões e tablets.

<sup>5</sup> Caso emblemático aconteceu nos Estados Unidos no ano de 2017 quando o então presidente Donald Trump fez uma série de declarações falsas e a busca pelos livros de Orwell cresceram cerca de 10000%. ALTARES, Guillermo. 1984 lidera vendas de livros nos EUA desde a posse de Trump. *El País*, Espanha, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/26/cultura/1485423697\\_413624.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/26/cultura/1485423697_413624.html). Acesso em: 12 abr. 2021. Há também uma frase que se tornou famosa na *internet* nos últimos anos que diz: *make Orwell fiction again*, que pode ser traduzida como: torne Orwell ficção novamente. A frase reflete sobre como a obra de Orwell possui proximidades com o modo de vida atual.

seguem entre os mais vendidos mesmo após seus mais de setenta anos de publicação.<sup>6</sup> As questões que o livro levanta são: qual passado vamos usar? como vamos registrá-lo? quais usos faremos dele? Essas problemáticas atravessam todos os campos preocupados com as narrações e representações do passado.

O livro é classificado como um exemplo de literatura distópica. No âmbito da literatura este gênero funciona como um contraponto à utopia. Os primeiros textos do gênero são *The machines stops* de E.M Forster (1909) e *Nós* (1924) escrito por Ievguêni Zamiátin (KOPP, 2011, p. 49). O movimento ganhou força no decorrer do século XX e produziu, além dos já citados *Nós* e *1984*, livros como *Admirável mundo novo* de Aldous Huxley e *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury<sup>7</sup>. A distopia pode ser entendida como:

o resultado de ansiedades e medos que se identificam, nas primeiras décadas do século 20, com as utopias que deixam de ser apenas projetos e se encaminham como formas, de fato, de organização da sociedade; e com a tecnologia que marca, cada vez mais, a sociedade como um modo de vida, de produção e de dominação. Em ambas as situações há o temor quanto ao destino do homem diante de um novo mundo que pode conduzi-lo a ser um outro homem, um homem transformado ou, a partir de uma concepção vitalista ou humanista, que até deixe de ser um “homem”. A ficção distópica teme e desconfia, acima de tudo, de como, de por que e de a que custo a humanidade deve realizar um mundo projetado como o ideal (KOPP, 2011, p. 52).

Analisando o livro *1984* partindo da perspectiva da Ciência da Informação e, levando em consideração a atuação de seus/suas profissionais, é interessante notar as interfaces possíveis com outras obras de ficção. A primeira delas é com o conto *Funes, o Memorioso* de Jorge Luís Borges, que narra o caso de Funes que tem como característica lembrar de tudo. No entanto, guardar tudo, na verdade, é não guardar nada já que a abstração e o esquecimento fazem parte dos processos que formam a memória. Em última análise, como mostrado no conto, não esquecer acarreta em morte. No texto do livro *1984* acontece o oposto, nada é lembrado e o resultado do processo é semelhante, ocorre uma espécie morte, mas da identidade uma vez que “Winston Smith é destruído como indivíduo pelo esquecimento originado por aquilo que desaparece no ‘vazio da memória’: sem lembranças, o sujeito é aniquilado” (CANDAU, 2011, p. 17, grifo do autor).

<sup>6</sup> Em 2019. MATOS, Thais. 1984 e A revolução dos bichos: por que George Orwell é o único antigo na lista de mais vendidos de ficção no Brasil?. **G1**, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/05/20/1984-e-a-revolucao-dos-bichos-por-que-george-orwell-e-o-unico-classico-na-lista-de-mais-vendidos-de-ficcao-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2021. Também em 2020. MACIEL, Nahima. Confira os 20 livros mais vendidos no Brasil em 2020 no site da Amazon. **Correio Braziliense**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2020/12/4897700-confira-os-20-livros-mais-vendidos-no-brasil-em-2020-no-site-da-amazon.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

<sup>7</sup> Publicados em 1932 e 1953, respectivamente.

Já o primeiro livro da trilogia *Millennium* chamado *Os homens que não amavam as mulheres* apresenta a solução de um crime usando apenas a organização da informação disponível sobre o caso. Situação que também é impossível acontecer em 1984. Em todas estas obras podem ser notados elementos que formam as atividades realizadas por profissionais da informação como a seleção, organização e disponibilização de acervos e conteúdos informacionais.

Existem produções dentro da Ciência da Informação que abordam as relações e fronteiras existentes entre os campos da CI e Literatura, embora elas sejam exceções. O livro organizado por Marco Antônio de Almeida *Ciência da Informação e Literatura*, publicado no em 2012, é o primeiro que se quer destacar, já que ele pretende “transitar por um vasto território que cobre das possíveis práticas abertas aos profissionais da informação, que queiram se envolver com a literatura até as reflexões acerca de conceitos e autores” (ALMEIDA, 2012, p. 06). A dissertação *Percurso temático e figurativo em literatura de cordel*, escrita por Charlene Maria dos Santos em 2016 propõe “a aplicação da análise de assunto – leitura técnica e extração de conceitos – em cordéis de J. Borges, com base nos procedimentos semânticos de tematização e figurativização do percurso gerativo de sentido” (SANTOS, 2016, p. 16).

Já dissertação *Escuta, Nelson: representação e memória da cidade do Recife nas letras de frevo maestro Nelson Ferreira*, escrita por Renata Jeane de Santana e publicada em 2019, pensa a informação partindo da música e tem como objetivo geral “analisar, a partir das letras de frevo do maestro Nelson Ferreira, a relevância da informação musical para a reconstituição da memória da cidade do Recife” (SANTANA, 2019, p.15).

É dentro destas temáticas que este trabalho está inserido e propõe contribuir para a aproximação da CI com a escrita ficção. Finalmente, a escolha de um livro de ficção para ser o ponto de partida desta pesquisa deve-se a convicção de que é possível entender certos aspectos da realidade por meio de uma narrativa ficcional. Tanto a realidade daquele/la que escreveu, quanto de quem lê:

O meu propósito é fazer uma crítica integradora, capaz de *mostrar* (não apenas enunciar teoricamente, como é hábito) de que maneira a narrativa se constitui a partir de materiais não literários, manipulados a fim de se tornarem aspectos de uma organização estética regida pelas suas próprias leis, não as da natureza, da sociedade ou do ser. No entanto, natureza, sociedade e ser parecem presentes em cada página, tanto assim que o leitor tem a impressão de estar em contato com realidades vitais, de estar aprendendo, participando, aceitando ou negando como se estivessem envolvidos nos problemas que eles suscitam. Esta dimensão é com certeza a mais importante da literatura do ponto de vista do leitor, sendo o resultado mais tangível do trabalho de escrever (CÂNDIDO, 2015, p. 9, grifo do autor).

É neste contexto e temáticas que este trabalho se encontra. A contemporaneidade torna a obra de Orwell necessária para entendermos nosso – ou nossos – Regime de Informação. Ele escolheu a escrita de ficção como forma de expor sua visão de mundo. Nós escolhemos sua obra para ajudar a entender o nosso.

## 1.1 OBJETIVOS

Objetivo geral da pesquisa é entender o Regime de Informação no livro *1984*, de George Orwell, à luz da Ciência da Informação. Os objetivos específicos são: a. cotejar a Ciência da Informação no período de seu surgimento formal com George Orwell e sua obra; b. entender como a ficção se relaciona com os campos da memória, história, informação e literatura; c. compreender o Regime de Informação existente em *1984*.

## 1.2 METODOLOGIA

Aqui, será apresentado o processo de construção da metodologia do trabalho. Buscou-se uma maneira de escrita que represente não apenas a sua forma final, mas também sua construção e versões no decorrer do processo. Fugindo assim da entrega de “um quebra-cabeça realizado, onde conceitos teóricos e fatos empíricos se encaixam maravilhosamente” (SANTOS, 1981, p. 11), mas sem deixar de “justificar, para si próprio e para os outros, o fundamento da sua conduta” (SANTOS, 1981, p. 10).

Desde o ingresso no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, o método da análise de conteúdo foi considerado o mais apropriado para o levantamento dos dados necessários para a realização da pesquisa. No desenvolvimento da pesquisa a forma de pensar o método com relação à pesquisa foi-se alterando. A análise de conteúdo é formada por três etapas principais, são elas: 1. pré-análise; 2. exploração do material e tratamento dos resultados; 3. inferência e interpretação (BARDIN, 1977, p. 95). A análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extracção de estruturas traduzíveis em modelos- é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e ela fecundidade da subjectividade (BARDIN, 1977, p. 9).

A pré-análise é caracterizada pela leitura flutuante e pela escolha do corpo documental. A leitura flutuante é um primeiro contato com a documentação que se pretende analisar. É a

realização de uma leitura livre que permite a absorção do conteúdo presente nos documentos e, também, a criação de ideias que serão utilizadas na composição geral da pesquisa. A escolha dos documentos acontece após a leitura inicial e precisa associar a temática da pesquisa com os documentos apropriados para execução e cumprimento dos objetivos propostos. Este processo não é linear e fechado. Na verdade, acontece de forma circular e constante o que permite aos pesquisadores/as a criação de novas abordagens possíveis ao material. Os documentos selecionados precisam seguir regras que garantam a sua confiabilidade. Bardin (1977) apresenta quatro regras, são elas: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Exaustividade é “uma vez definido o campo do corpus [...] é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus” (BARDIN, 1977, p. 97). A regra da representatividade permite a generalização de todo o universo em uma amostra caso “o material a isso se preste” (BARDIN, 1979, p. 97). A regra da homogeneidade garante que o corpo documental obedeça “a critérios precisos de escolha e não apresente demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (BARDIN, 1979, p. 98). Por último, a regra da pertinência possibilita que “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (BARDIN, 1977, p. 98).

Em seguida, é necessário definir a unidade de registro que é “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 1977, p. 104). A unidade de registro proposta para o trabalho é o tema que “consiste em descobrir os núcleos de sentido, que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105). A etapa seguinte é, caso seja necessário, a definição da unidade de contexto que:

[...]serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema (BARDIN, 1979, p. 107).

O primeiro entendimento foi usar a separação existente no livro para organização da análise. O livro é composto por três partes e cada uma delas em capítulos. A primeira parte se estrutura em oito capítulos, a segunda em nove e a terceira em cinco capítulos. A unidade de registro escolhida para levantamento seria a, já citada, temática, e a unidade de contexto o parágrafo. Dessa forma, os parágrafos de cada capítulo poderiam ser numerados e todas as menções à gestão da memória – que era a primeira temática escolhida – na obra seriam localizadas e identificadas. Este processo possibilitaria encontrar todo o conteúdo relevante para

pesquisa, fato que responde a regra da exaustividade proposta por Bardin. Embora a abordagem quantitativa não seja o foco desta pesquisa, também seria possível realizar a contagem do total de menções à temática que se busca extrair do livro. Inicialmente pensou-se em dividir a análise nas seguintes categorias: lembranças individuais, memória coletiva, registros externos, testemunho, aparato técnico e recursos humanos usados nos processos de gestão da memória e estrutura informacional.

Esta organização do conteúdo do livro permitiria entender o processo de gestão da memória na obra e, além disso, possibilita traçar paralelos com a realidade, caso viessem a ser identificados. No entanto, chegou-se à conclusão que, no escopo desta pesquisa, esta categorização não operaria de forma a apreender o conteúdo do livro passível de análise. Além disso, a estrutura priorizava aspectos objetivos em detrimento de questões subjetivas presentes no texto. Neste período da pesquisa o que se pretendia com relação ao livro *1984* era entender quais as políticas de lembrança e esquecimento usadas na construção da memória, como isto é realizado e qual aparato técnico é utilizado, entendeu-se que questões subjetivas também precisam ser observadas.

Na banca de qualificação foi apresentado uma proposta de método que era centrada na análise de conteúdo em conjunto com a ideia de ação de Informação<sup>8</sup>, que foi exposto pela autora Maria Nélide González de Gómez e compreende que informação “designa um fenômeno, processo ou construção vinculados a diversas “camadas” ou “estratos” de realização” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 4, grifo da autora). Os principais estratos apresentados por ela são: semântico, meta-informacional e infra-estrutural (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 4). A ação de informação é a interface existente entre esses estratos:

De maneira simplificada, podemos dizer que a informação, como objeto cultural, se constitui na articulação desses vários estratos, em contextos concretos de ação, e chamaremos ao fatum dessa constituição de um valor ou evidencia de informação, uma ação de informação. Pode-se assim dizer que uma ação de informação antecipa e condiciona a concepção ou aceitação de algo como informação –tal como a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como documento (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 4).

O estrato semântico refere-se a “enquanto a informação responde às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com um universo prático-discursivo ao qual

---

<sup>8</sup> Na ocasião foi produzidos dois quadros que condensavam o conteúdo do livro de Orwell no formato de ação de informação. Posteriormente foi adotado o conceito de Regime de Informação por ser considerado mais apropriado ao que é proposto pela pesquisa. Por este motivo precisou-se confeccionar novos quadros – que estão no capítulo de Metodologia – usando o novo conceito. Na busca de apresentar os processos metodológicos de maneira mais detalhadas possíveis, incluindo suas mudanças durante a escrita do trabalho, foram acrescentados os primeiros quadros na seção de apêndice do trabalho final.

remetem sua semântica ou conteúdos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 4). O estrato meta-informacional é “onde se estabelecem as regras de sua interpretação e de distribuição, especificando o contexto em que uma informação tem sentido” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 4). E o último estrato chamado de infra-estrutural reúne “tudo aquilo que como mediação disponibiliza e deixa disponível um valor ou conteúdo de informação, através de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 4). De maneira mais ampla:

Formam parte desses estratos a linguagem, com seus níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos e suas plurais formas de expressão - sonoras, imagéticas, textuais, digitais/analógicas-; os sistemas sociais de inscrição de significados – a imprensa e o papel, os meios audiovisuais, o software e o hardware, as infra-estruturas das redes de comunicação remota; os sujeitos e organizações que geram e usam informações em suas práticas e interações comunicativas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2000, p. 4).

A partir das sugestões da banca de qualificação duas mudanças, mais temáticas do que de método, aconteceram. A primeira foi o acréscimo do assunto Regime de Informação, conceito elaborado Bernd Frohmann, em 1995. Durante as pesquisas notou-se que a autora Maria Nélide de González de Gómez é frequentemente citada no tema. A segunda mudança foi a inserção do esquecimento como uma temática central na construção do trabalho. Até então, os temas aos quais estava debruçado eram a Informação e a Memória. Este fato aconteceu porque percebeu-se durante as leituras que o esquecimento normalmente é enxergado como uma falha da memória, algo que precisa ser combatido ao máximo. Contudo, há outras formas de abordar o tema, algo que já é feito por alguns autores/as. Entende-se que os estudos que abordam a memória já esclarecem que o esquecimento faz parte daquilo que forma a memória. Por isso, não se pretende inserir o esquecimento de maneira que contrapõe a sua função na composição da memória. Na verdade, a intenção é partir do esquecimento e não da memória.

Regressando ao livro de Orwell com este novo aparato teórico em mente, percebeu-se que há na obra um Regime de Informação que busca criar esquecimento. Dessa forma, foi preciso repensar o método de forma a dar conta destes novos conceitos – Regime de Informação e esquecimento – acrescentados da Informação e da memória, que continuam centrais. Neste ponto do texto é esperado que os pormenores metodológicos sejam esclarecidos. Mas antes disto são necessárias algumas considerações sobre as origens do interesse na temática.

O autor deste trabalho sempre foi um leitor relativamente disciplinado. Em quantidade, o autor mais lido, sem sombra de dúvidas, foi Isaac Asimov. Muito embora seus livros sejam fascinantes, eles nunca despertaram interesses específicos, pelo menos não no sentido acadêmico. Isto não se repetiu com Orwell. Ainda figura na lembrança quando, pela primeira

vez, leu *1984*. O livro intrigou de maneira bastante particular. Até então, nunca tinha pensado sobre qual é a nossa relação com o passado, como ela é construída e quem são os responsáveis por estas construções. Afinal, nas aulas de História dos ensinos fundamental e médio, o passado sempre pareceu perfeitamente bem definido e sem nenhum problema para ser resolvido. Talvez por este contraste o livro tenha intrigado.

O que é preciso expor é que este trabalho nasceu da ficção. Todo o interesse pelas temáticas aqui presentes é fruto desta leitura que foi realizada quando era mais jovem. A oportunidade de aprofundar e colocar em prática o desejo de entender nossas relações com o passado se deu ao longo do curso de Museologia na Universidade de Brasília. De maneira semelhante ao próprio Orwell que, mesmo sendo jornalista, escolheu entender a sua realidade por meio da ficção, procurou-se entender algumas questões da realidade partindo do texto ficcional de Orwell, que em nada se aproxima da falsidade.

Essa questão é importante para entender os caminhos metodológicos escolhidos durante a execução do trabalho. Para entender a ficção criada por Orwell partindo do atual contexto social, histórico e temporal foi necessário a escolha de um conceito existente na realidade para o levantamento de dados do conteúdo do livro. Foi escolhida para representar a realidade – mesmo sabendo que muito há de ficção nos conceitos e que eles variam dependendo de quem fala e de quando e onde é dito – foi a já comentada noção de Regime de Informação.

O levantamento de dados foi realizado a partir do próprio conceito de Regime de Informação apresentado pela autora Maria Nélide González de Gómez. Foram usados os atributos que formam a noção de Regime de Informação, que são: sujeitos, organizações, regras, autoridades, meios e recursos preferenciais, padrões de excelência, modelos de organização e modelos de interação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 1). Para cada um destes atributos foi criada um quadro no *Microsoft Excel* com os seguintes campos: nome, função e descrição. Este material busca sistematizar o Regime de Informação do livro.

A primeira parte do livro de Orwell, que é formada por oito capítulos, é dedicada a situar os/as leitores/as ao universo ficcional da obra. Notou-se que toda a estrutura informacional existente no livro é apresentada nesta primeira parte. Diante disso, foram encontrados elementos que preenchem quatro dos oito atributos apresentados acima, são eles: organizações, meios e recursos preferenciais, regras e autoridades informacionais.

O primeiro quadro foi dedicado as organizações informacionais. São elas: Ministério da Verdade<sup>9</sup>, Ministério do Amor, Ministério da Pujança, Ministério da Paz, Polícia das Ideias e o Departamento de Documentação. Os quatro Ministérios apresentados na obra atuam em conjunto no controle das pessoas, das fontes de informação e na perpetuação do partido. Seus nomes são exercícios de *duplipensamento*<sup>10</sup> e são inversões daquilo que realmente produzem. O Ministério da Verdade produz mentiras; o Ministério da Paz se preocupa com a guerra; o Ministério da Pujança lida com o racionamento; o Ministério do Amor cria ódio.

A Polícia das Ideias faz parte da estrutura do Ministério do Amor e suas principais atribuições são a vigilância e a tortura. Atuam quando há indícios de pensamento crime, que é rebelar-se contra o partido mesmo em pensamento. O questionamento da informação disponível e o ato de lembrar-se de algo que não condiz com o interesse momentâneo são considerados pensamento crime. O Departamento de Documentação é o local, dentro do Ministério da Verdade, que tem por atribuição alterar todas formas de informação impressa.

---

9 Não é intenção deste trabalho abordar o conceito de verdade. A constante busca pela verdade de Winston no livro de Orwell se assemelha a ideia de verdade em Aristóteles que é: a correspondência entre o que se fala e o real.

<sup>10</sup> Em suma significa: acreditar em duas ideias opostas ao mesmo tempo. O conceito é central no livro de Orwell e será detalhado à frente neste trabalho.

Quadro 1 - Regime de Informação 1984: organizações

Regime de Informação - 1984		
Organizações		
Nome	Função	Descrição
Ministério da Verdade	Produzir notícias, entretenimento, educação e belas-arts.	Prédio branco com forma piramidal e trezentos metros de altura.
Ministério do Amor	Responsável por manter a lei e ordem.	Não há
Ministério da Pujança	Encarregado pela economia	Não há
Ministério da Paz	Responsável pela guerra	Não há
Polícia das Ideias	Responsável pela vigilância.	Não há
Departamento de Documentação	Setor interno do Ministério da Verdade. Atua nas retificações de material impresso. Também é responsável por recolher livros, jornais e outros documentos de circulação, caso tenham sido alterados. Não é revelado quem são os responsáveis pelas decisões tomadas.	Local com vários postos individuais de trabalho. Cada posto possui os dispositivos necessários para execução dos serviços.

Fonte: autoria própria a partir do livro 1984.

Em seguida, notou-se que os meios e recursos são: teletela, ditógrafo, buraco da memória e rede de tubos. As teletelas estão em todos os lugares e são a principal forma de divulgação de informação e instrumento de controle e espionagem das pessoas. São usadas para monitoramento constante com câmeras e microfones, além de ser impossível desliga-las. Transmitem notícias, propagandas, músicas e várias outras formas de conteúdo. Não é explicado como o processo de espionagem das pessoas é realizado.

O ditógrafo, rede tubos e o buraco da memória apresentados no trabalho de Winston, no Departamento de Documentação e são usadas para a execução das manipulações documentais. O ditógrafo é usado para redigir os textos que serão impressos nos documentos que irão substituir os antigos. A rede de tubos é usada no transporte da documentação que será – ou já foi – alterada. O buraco da memória é destinado aos papéis que precisam ser destruídos, que na prática são todos aqueles que não serão arquivados. Supostamente quando a folha é inserida no local é imediatamente incendiada, mas alguns acontecimentos do livro abrem margem para a possibilidade de passarem por averiguação antes de serem queimados.

Quadro 2 - Regime de Informação 1984: meios e recursos

Regime de Informação - 1984		
Meios e recursos preferenciais		
Nome	Função	Descrição
Teletela	Transmitir comunicados, propagandas e conteúdos gerais. Também funciona como dispositivo de monitoração e transmite áudio e vídeo do local em que se encontra. O dispositivo não pode ser desligado.	Placa oblonga de metal
Ditógrafo	Usado para solicitar documentos e jornais que serão retificados. Também é usado para ditar o texto que será impresso.	Pequeno tubo pneumático
Buraco da memória	Usado para descarte de papel. Faz parte da infraestrutura usada na manipulação da informação e do passado.	Abertura retangular. É ligada a uma série de tubos que terminam em fornalhas.
Rede de tubos	Fazem parte dos dispositivos usados para alteração dos documentos. Servem como meio de transporte entre aqueles que enviam, alteram e arquivam os novos documentos. Não se sabe quem são os responsáveis pelos envios e arquivamento.	Tubo pneumático

Fonte: autoria própria a partir do livro 1984.

Foi possível perceber que as autoridades informacionais são o Grande Irmão e pessoas do núcleo do partido. As duas categorias carecem de aprofundamento porque o livro é construído de forma a não revelar todos os detalhes do funcionamento das autoridades. Sabemos apenas o que Winston sabe. Todas as decisões são supostamente tomadas pelo Grande Irmão. Acontece que não fica claro se ele realmente existe. É possível afirmar com certeza apenas que ele é real enquanto figura, símbolo e representação do partido. Também não se sabe muito sobre o núcleo do partido. A única personagem que faz parte deste grupo é O'brien. Pelos pensamentos de Winston a respeito de O'brien é possível supor que ele executa alguma tarefa de decisão com relação as manipulações que são executadas no Departamento de Documentação.

Quadro 3 - Regime de Informação 1984: autoridades informacionais

Regime de Informação - 1984		
Autoridades informacionais		
Nome	Função	Descrição
Grande Irmão	Supostamente é o principal gestor da Oceânia. Não se sabe se a personagem realmente existe ou se é apenas simbólica. Suas aparições são acompanhadas da frase "O grande irmão está de olho em você".	Homem branco de bigode com aproximadamente 45 anos. Só aparece por meio de imagens em cartazes, teletelas etc.
Núcleo do partido	Embora o grupo não seja apresentado em detalhes, é possível inferir que são responsáveis pela execução e planejamento das ações informacionais. É representado pela personagem O'brien.	Grupo que pertence à camada mais alta da hierarquia da sociedade da Oceânia.

Fonte: autoria própria a partir do livro 1984.

O quadro de regras possui os elementos duplipensamento e novafala. Ambos são usados para manipulação da realidade, da mesma maneira que a manipulação da informação. Na verdade, estes três elementos são usados em conjunto.

Quadro 4 - Regime de Informação 1984: regras

Regime de Informação - 1984		
Regras		
Nome	Função	Descrição
Duplipensamento	Retratado como uma série interminável de vitórias contra a própria memória. Saber e não saber, controlar a realidade.	É a capacidade de acreditar em duas ideias distintas e opostas ao mesmo tempo.
Novafala	Tem a função de destruir palavras para diminuir o alcance da consciência e impedir atos e pensamentos rebeldes.	Não há

Fonte: autoria própria a partir do livro 1984.

Após essa sistematização dos elementos que formam o Regime de Informação na primeira parte do livro, seguiu-se para leitura da segunda e terceira parte com este mesmo pano

de fundo teórico em mente. Esse novo estudo trouxe à consciência de forma mais clara algo que era já intuído sobre as duas últimas partes do livro. Nelas, não são apresentados novos elementos sobre o Regime de Informação. Na verdade, há um aprofundamento das implicações causadas pelo Regime apresentado no primeiro capítulo.

Na segunda parte, há bastante ênfase nas questões do cotidiano, principalmente na relação amorosa que Winston passa a ter com a personagem Júlia. Também é realizada uma grande explicação sobre o Regime de Informação por meio do livro de Emmanuel Goldstein<sup>11</sup>, mas não é apresentado nada novo, apenas de uma forma mais organizada e sistematizada. A terceira parte é centrada em uma espécie de embate entre as duas formas de uso e entendimento informacional. Visto que O'Brien usa a tortura para condicionar Winston a acreditar no mesmo que ele.

Como não há novos elementos apresentados nas duas últimas partes do livro, notou-se que a maneira de sistematização também precisava ser revista. Por este motivo deixou-se de usar as tabelas nestas partes do livro. No entanto, deixamos de consultá-las porque o que ocorre são consequências diretas daquilo que está registrado nelas. Há continuidade, uma relação de causa e efeito. Neste ponto, precisou-se de outra forma para entender as operações que acontecem entre os elementos que formam o Regime de Informação e suas implicações, que são descritas com maior ênfase nas duas últimas partes do livro.

Outra questão importante que foi percebida neste ponto diz respeito ao escopo que seria tratado. Visto que as temáticas que são abordadas neste trabalho interessam a vários campos científicos e exista a necessidade de realizar algum trânsito entre eles, surgiu a necessidade de estabelecer algum limite que permitisse pleno desenvolvimento da pesquisa. Após algum tempo foi possível perceber que o ponto central é o uso da informação e seus meios de produção, compartilhamento e sua infraestrutura – ou como será esclarecido à frente, seu Regime – na alteração do passado.

Sabendo o que fazer que é entender as implicações do Regime de Informação – que está condensado nos quadros acima – nas alterações do passado, faltava ainda encontrar a forma apropriada de executar a tarefa. Ou seja, era preciso entender como associar os conteúdos da primeira parte do livro com os conteúdos da segunda e terceira parte, dentro do que é proposto nessa pesquisa.

---

<sup>11</sup> Que é o livro dentro do livro. Supostamente, foi escrito pelo principal opositor do Estado da Océania, Emmanuel Goldstein. Os Acontecimentos do livro não deixam completamente esclarecido se o livro foi realmente escrito por Goldstein ou se é uma armadilha criada pelo partido para capturar possíveis criminosos. Apesar disso, a suposição de ser uma armadilha parece mais plausível.

A maneira encontrada foi por meio de trechos específicos das partes II e III. Foram escolhidos um capítulo do livro de Emmanuel Goldstein presente na parte II. Na parte III foi selecionado um diálogo entre Winston e O'Brien. Os fragmentos do texto foram escolhidos por serem significativos para o Regime de Informação apresentado no livro. Também é necessário deixar esclarecido que as implicações do Regime de Informação na vida cotidiana, que são apresentadas na segunda parte do livro, não foram consideradas. Assim, levou-se em consideração apenas as implicações com relação ao passado, e sua construção.

Foi neste ponto do processo de desenvolvimento da pesquisa que se notou que o interesse último do Regime de Informação não é criar esquecimento, alterar a memória e a História e falsificar todas as formas de Informação. O principal objetivo do Regime de Informação apresentado por Orwell é alterar o passado quantas vezes forem necessárias. E para tanto, é necessário criar esquecimento, alterar a memória e a História e falsificar todas as formas de Informação. A partir disto foi encontrada a proposição final, em termos metodológicos, para a execução da pesquisa: o Regime de Informação em *1984* existe para alterar o passado.

O lema do partido “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 2009, p. 47) que é uma daquelas frases que ficam em quem lê, representa de maneira clara o que se pretende. Principalmente quando associado ao conteúdo presente no terceiro capítulo que explora as intenções do partido de se perpetuar no poder. Essa hipótese pode parecer óbvia, mas só foi percebida plenamente na reta final do processo de escrita do trabalho. Então ficou decidido abordar o Regime de Informação como principal via de acesso para as alterações do passado. Dentro das implicações do Regime de Informação, no que diz respeito ao passado, trabalhar as temáticas da memória, História e informação.

Essa nova forma de enxergar a obra partindo do conceito de Regime de Informação, foi útil porque permitiu colocar as temáticas que circundam o trabalho em local apropriado – dentro do Regime de Informação, como consequência direta dele. Para leitores/as mais atentos/as talvez seja difícil não haver uma certa confusão. Afinal, passamos da memória para o esquecimento e, em seguida, decidiu-se abordar estas temáticas dentro do Regime de Informação. O que é preciso confessar é que compreendemos tal sentimento, ele acompanhou a escrita do trabalho por vários meses.

O conteúdo textual dos capítulos procurou ser fiel ao proposto nos objetivos geral e específicos do trabalho. No primeiro capítulo, procurou-se expor o contexto em que a Ciência da Informação se encontrava à época em que Orwell escreveu o livro *1984*, além de expor alguns pontos da vida e obra do autor no mesmo período temporal. A intenção não era escrever

uma biografia de vida, mas expor pontos considerados importantes da sua trajetória para a elaboração deste trabalho.

O segundo capítulo aborda a temática da ficção e suas relações com a memória, História, Literatura e a informação. A intenção é apresentar como a ficção está presente e influencia nossas representações do passado. O que não é o mesmo que dizer nossas poucas formas de preservar a temporalidade anterior sejam enganosas. Se a ficção em si não é enganosa, muito menos nossas representações. Mas há que expor que não é possível manter integralmente o passado e que a ficção se relaciona com nossas representações. No último capítulo apresento a ideia de Regime de Informação e o Regime de Informação no livro Orwell. Tentou-se, tanto quanto possível, evidenciar as implicações do Regime de Informação na memória, História e Informação. Cuja a intenção – como já sabemos – é alterar o passado para possibilitar o poder perpétuo do partido.

## 2. CAPÍTULO I: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GEORGE ORWELL: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES

Uma vez que o livro data da época que é reconhecida como a origem formal do campo da Ciência da Informação, no período pós Segunda Guerra Mundial, e que em muitos pontos as preocupações da CI e do livro se encontram: o surgimento de novas tecnologias, a explosão informacional e a necessidade de informação confiável, o esforço que é proposto neste capítulo é conectar, dentro do possível, o autor e sua obra com a Ciência da Informação em seu contexto inicial.

A origem formal do campo da Ciência da Informação data do início da década de 1960, período em que “são elaborados os primeiros conceitos e definições e se inicia o debate sobre as origens e os fundamentos teóricos na nova área” (PINHEIRO, 1995, p. 1). No entanto, já existiam esforços anteriores que resultariam na criação do campo da CI. A primeira metade do século XX foi marcada por grandes avanços tecnológicos. As duas guerras ocorridas no período mobilizaram um grande número de cientistas, fato que criou uma imensa quantidade de informação.

No contexto aqui abordado cabe comentar que boa parte das tecnologias do período e seus pesquisadores estavam envolvidos com preocupações diretamente ligadas a Segunda Guerra Mundial. Caso, por exemplo, de Vannevar Bush que criou o *National Defense Research Committee* – NDRC em 1940, que contou com Warren Weaver como um de seus membros. Entre os projetos desenvolvidos pelo comitê está o chamado projeto *Manhattan*, que era responsável por pesquisas de bombas nucleares. Já Claude Shannon contribuiu com o NDRC escrevendo o memorando *A Mathematical Theory of Cryptography*, que foi publicado posteriormente com o título *Communication Theory of Secrecy Systems*. O texto apresenta as mesmas formulações matemáticas existentes no *A Mathematical Theory of Communication* que abriga conceitos importantes para o período inicial da Ciência da Informação. Após o período de guerra, inovações tecnológicas desenvolvidas à época com preocupações militares, como inteligência artificial, tecnologia da informação, sistemas de controle e no campo da engenharia eletrônica foram disponibilizadas em ambientes universitários, comerciais e domésticos (BEZERRA, 2019, p. 18-19).

No ano de publicação do livro de Orwell, em 1949, ainda não existia sequer o termo Ciência da Informação, que foi registrado pela primeira vez no *Oxford English Dictionary* em 1958 (ALVARES; ARAÚJO JUNIOR, 2010, p. 197). O período pós Segunda Guerra Mundial

foi marcado por grandes avanços em discussões que viriam a resultar no campo da Ciência da Informação:

no período de crise e de transformações pós-guerra, a CI ganha destaque com o aumento do número de produção científica e com a importância sobre seu tratamento e disseminação das informações. Então, a tecnologia da informação ganha espaço como “divisor de águas” por participar desse momento em que a informação obtém status de controle e poder na sociedade (SILVA; SAMPAIO, 2017. p. 8).

O artigo *As we may think*, publicado em 1945, escrito por Vannervar Bush questiona:

Esta não foi uma guerra de cientistas; foi uma guerra onde todos tiveram seu papel. Os cientistas, enterrando suas velhas rivalidades profissionais em prol de uma causa comum, compartilharam experiências e aprenderam muito. Foi estimulante trabalhar em parcerias efetivas. Agora, para muitos, isso parece estar chegando ao fim. Qual será o próximo passo? (BUSH, 2011, p. 140)

No texto, que é considerado um marco para o campo (ALVARES; ARAÚJO JUNIOR, 2010, p. 199), Bush identificou o problema da explosão informacional, adiantou o problema da recuperação da informação – embora ele não seja responsável pela criação do termo recuperação da informação, que foi apresentado em 1951, por Calvin Mooers – e, como uma possível solução, apresentou o projeto de um aparelho, que não chegou a ser construído, chamado *Memex* que “seria capaz de ampliar a capacidade da memória humana, permitindo ao usuário guardar e recuperar documentos interligados por associação” (ALVARES; ARAÚJO JUNIOR, 2010, p. 199). Saracevic afirma:

BUSH identificou o problema da explosão informacional o irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia. A solução por ele proposta era a de usar as incipientes tecnologias de informação para combater o problema. E foi mais longe, propôs uma máquina chamada MEMEX, incorporando (em suas palavras) a capacidade de associar idéias, que duplicaria “os processos mentais artificialmente”. É bastante evidente a antecipação do nascimento da CI e, até mesmo, da inteligência artificial (SARACEVIC, 1996, p. 42-43, grifo do autor).

Nesse período também ocorreram eventos em que a informação foi tema central. No ano de 1948 aconteceu a *Royal Society Scientific Information Conference*. O evento contou aproximadamente com 340 cientistas de inúmeras áreas e durou cerca de dez dias úteis. Na ocasião foram tratados:

temas relativos ao formato das publicações científicas, à política editorial, à distribuição e à classificação de periódicos, ao escopo e qualidade dos abstracts, à classificação de documentos, aos métodos de reprodução, à indexação mecânica, ao treinamento e ao emprego em trabalhos de informação, guias de informação e traduções, entre outros (ALVARES; ARAÚJO JUNIOR, 2010, p. 199).

Já em 1958, o evento *Internacional Conference on Scientific Information*, na cidade de Washington marcou o surgimento da Ciência da Informação. Foram tratados os temas:

necessidades de literatura e referenciais para cientistas, conhecimento disponível e métodos de aquisição, abstracts e serviços de indexação, tendências tecnológicas, organização da informação, armazenamento e busca de informação (ALVARES; ARAÚJO JUNIOR, 2010, p. 200).

Em 1949, foi publicado outro texto considerado importante para a origem da CI. A *Mathematical Theory of Communication* escrito pelos matemáticos Claude E. Shannon e Warren Weaver em que “propuseram com sucesso uma medida de informação própria para medir incerteza sobre espaços desordenados” (ALVARES; ARAÚJO JUNIOR, 2010, p. 199). O texto foi uma das bases para os estudos da recuperação da informação nas décadas de 1960 e 1970 (MENDONÇA, 2014, p. 3), além de mostrar que:

muita informação pode ser transmitida utilizando os princípios da Física e da Matemática. Ele mostrou como podemos utilizar e controlar os erros para assegurar a integridade da informação transmitida pelo canal. O estudo científico de Shannon com a Matemática e a Física mostra que através da álgebra booleana e dos princípios básicos da termodinâmica ele teorizou o sistema de comunicação. Este estudo possibilitou, posteriormente, o estabelecimento de duas novas disciplinas, a Teoria da Comunicação e a Teoria da Informação, gerando também, outras novas disciplinas, dentre as quais a Ciência da Informação. [...] A relação com a CI se estabelece por conta do processo físico-matemático que deu a base de concepção aos sistemas originários de sua teoria, tornando Shannon um dos autores básicos e fundamentais para compreensão e construção teórica da ciência da informação (MENDONÇA, 2014, p. 3-4).

A teoria de Shannon e Weaver reconhece três dimensões para o problema da transmissão de mensagens entre emissor e receptor, ou seja, da comunicação. A primeira delas diz respeito às questões técnicas e físicas entre aquilo que é enviado e o que é recebido e seus problemas giram entorno da precisão do processo. Em seguida, a dimensão reconhecida por eles é a semântica e está relacionada à aproximação da interpretação do sentido da mensagem pelo receptor em comparação com a intenção original do emissor. Por último, existe a dimensão pragmática cuja eficiência da transmissão é a dificuldade a ser superada e os contextos do emissor e do receptor passam a ser considerados (ARAÚJO, 2014, p. 9-10).

Apesar de reconhecerem estas três dimensões para a comunicação Shannon e Weaver se concentram apenas na primeira, aquela preocupada com a técnica. Por conta disto os anos de formação e o período inicial da CI, foram marcados por “considerar apenas os problemas técnicos relativos à transmissão de mensagens, a CI operou uma “redução” de seu objeto de pesquisa” (ARAÚJO, 2014, p. 10 – destaque do autor). Posteriormente, Rafael Capurro, enxergou no histórico de formação da CI três paradigmas (físico, cognitivo e social) e

classificou este período inicial no primeiro deles em que “a informação é algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor” (ARAÚJO, 2014, p. 20).

Ulteriormente as dimensões semântica e pragmática, propostas por Shannon e Weaver, seriam incorporadas aos estudos realizados no âmbito da CI. A dimensão semântica passou a ser debatida a partir da segunda metade da década de 1970, quando a questão do conhecimento passou a ser considerada no conceito de informação. De um lado havia o dado, aquilo registrado em um suporte, do outro, a pessoa e seu conhecimento prévio. A informação é o resultado do encontro entre estes dois elementos, é a medida da alteração que o dado produz no conhecimento (ARAÚJO, 2014, p. 16).

Na década de 1990, os estudos sobre informação e conhecimento no âmbito da CI passaram a levar em consideração os contextos social, econômico, político, histórico e cultural nos processos relacionados à informação. As necessidades e usos informacionais não são construídos de maneira isolada, ao contrário, estão diretamente ligados à conjuntura daquele/la que busca informação. Dessa forma, a dimensão pragmática apontada por Shannon e Weaver foi integrada aos estudos em CI. Dentro da lógica dos paradigmas, apresentada por Capurro, as duas dimensões são, respectivamente, os paradigmas cognitivo e social (ARAÚJO, 2014, p. 17). É importante destacar que estas visões de estudos não são excludentes, mas, na verdade, são complementares dentro da Ciência da Informação.

Como visto, na fase inicial da Ciência da Informação eram discutidas questões como a explosão e recuperação da informação e os meios técnicos para lidar com esses problemas. Estes assuntos são motores até hoje dentro do campo da CI. Tentando ligar o autor e sua obra ao contexto apresentando que ocorria na CI, sem esquecer-se dos limites possíveis, uma vez que já existia alguma preocupação acerca dos usos da informação – e questões em volta dela – cabe buscar entender os motivos pelos quais ele escreveu um livro em que o uso da tecnologia, dos meios de comunicação e, sobretudo, da informação é desanimador. Ainda mais se levar em consideração sua preocupação pessoal com relação ao tempo em que vivia:

É claro que um romancista não é obrigado a escrever diretamente sobre história contemporânea, mas um que simplesmente desconsidere os eventos públicos de maior alcance no momento é, geralmente, ou um louco ou um rematado idiota (ORWELL, 2021, p. 11).

George Orwell nasceu Eric Arthur Blair na cidade indiana de Bengala, no dia 25 de junho de 1903. Seu pai, que era inglês, estava prestando serviços no país estrangeiro que, à época, era um protetorado britânico e atuava no Departamento de ópio “não prendendo cultivadores, mas supervisionando o controle de qualidade do produto, do qual a Grã-Bretanha havia muito detinha o monopólio” (PYNCHON, 2003, p. 437). Ele escolheu seu pseudônimo

para constar na autoria de sua primeira obra publicada, chamada de *Na pior em Paris e Londres*<sup>12</sup>, “pois sua intenção era contar uma experiência comum a qualquer pessoa” (TAVARES, 2013, p. 12). Possivelmente foi inspirado no “rio homônimo em Suffolk” (PYNCHON, 2003, p. 437).

De volta à Inglaterra, ganhou uma bolsa de estudo para Eton que segundo ele era “a mais cara e esnobe das Public Schools da Inglaterra” (ORWELL, 2009, p.141). Não fez nenhum curso universitário e, assim como seu pai, seguiu carreira militar e prestou serviços para o império britânico na Birmânia<sup>13</sup>, lutou na guerra civil espanhola, morou nas ruas de Paris e Londres. Todas essas experiências fizeram dele um “socialista e fanático combatente pela liberdade individual” (MANN, 2019, p. 387). Segundo seu próprio relato, no ensaio *Por que escrevo*, seu desejo de se tornar escritor começou quando ainda era criança:

Desde muito pequeno, talvez com cinco ou seis anos de idade, eu sabia que, quando crescesse, seria escritor. Mais ou menos entre dezessete e vinte e quatro anos, tentei abandonar essa ideia, embora ciente de que estava indo contra minha verdadeira natureza e de que cedo ou tarde teria de tomar juízo e escrever livros (ORWELL, 2005)<sup>14</sup>.

Ao todo ele escreveu nove livros, sendo seis romances e três narrativas classificadas como não ficcionais que retratam situações vividas por ele. Os romances são: *Dias na Birmânia* (1934), *A filha do reverendo* (1935), *A flor da Inglaterra* (1936), *Um pouco de ar, por favor!* (1939), *A fazenda dos animais* (1945) e *1984* (1949). Os livros de não ficção são: *Na pior em Paris e Londres* (1933), *O caminho para Wigan Pier* (1937) e *Lutando na Espanha* (1938). Além do conjunto de romances e narrativas de não ficção, Orwell também escreveu um grande número de ensaios e críticas que em termos quantitativos são a maior parte de sua obra (TAVARES, 2013, p. 14). Muitos assuntos abordados em seus romances já eram discutidos em seus textos ensaísticos e tinham “o objetivo de abordar temas que permeiem a experiência política, que para ele era imanente à vivência em sociedade” (TAVARES, 2013, p. 14). Neste trânsito entre os gêneros de escrita que por “vezes se sobrepõem” (TAVARES, 2013, p. 14) ele refletiu “os atritos de seu tempo, tanto no meio literário, quanto na experiência social” (TAVARES, 2013, p. 14).

Em sua primeira publicação *Na pior em Paris e Londres*, ele narra acontecimentos que viveu enquanto ele, por escolha própria, morou nas ruas das cidades de Paris e Londres. Seu

---

<sup>12</sup> Publicado em 1933.

<sup>13</sup> Atualmente Myanmar.

<sup>14</sup> Essa citação foi retirada de um livro eletrônico sem paginação. Para encontrá-la no e-reader kindle a posição correta é 215. Já em cópias físicas do livro é possível localizar a citação no primeiro capítulo da primeira parte do livro. O capítulo em questão chama-se *Por que escrevo*.

primeiro livro escrito, mas publicado em outubro de 1934 após *Na pior em Paris e Londres*, foi *Dias na Birmânia*. A publicação do livro foi inicialmente rejeitada pelo receio de seu conteúdo “causar escândalo na comunidade britânica na Índia e na Birmânia, se não mesmo nalguns meios mais conservadores na própria Inglaterra” (MATOS, 2005, p. 17). A obra é inspirada no período em que Orwell atuou na polícia imperial indiana entre os anos 1923 e 1928. Além de tecer “forte crítica ao imperialismo inglês” (TAVARES, 2013, p. 17) esta experiência fez Orwell colocar-se contra “o imperialismo britânico ao qual serviu. Seu ódio ao totalitarismo deriva de sua experiência colonial” (PEN, 2019, p. 31). É interessante notar que já em seu primeiro livro ele narra características semelhantes àquela encontrada em 1984:

É um mundo sem ar, estupidificante. Um mundo em que cada palavra, cada ideia, é censurada. [...] A liberdade de expressão é impensável; todos os outros tipos de liberdade são consentidos. Você é livre para se tornar um bêbado, um ocioso, um covarde, uma pessoa traiçoeira, um fornicador renitente; mas não é livre para pensar por conta própria. [...] Ao final de algum tempo, o esforço para manter sua revolta em silêncio acaba por envenená-lo como uma doença secreta. Toda a sua vida se transforma numa vida de mentiras (ORWELL, 2008, p. 47).

No ensaio *O abate de um elefante*, publicado em 1936, Orwell expõe seus pensamentos sobre o imperialismo, a população de Moulmein, na Birmânia – local que prestava serviço – e sua relação pessoal com a função que desempenhava. Havia nele um sentimento bastante controverso porque ele carregava um “intolerável sentimento de culpa” (ORWELL, 2021, p. 95) ao mesmo tempo que desprezava as pessoas locais:

Só que eu sabia era que estava empacado entre meu ódio pelo império ao qual eu servia e minha raiva contra as pequenas bestas do mal que tentavam tornar meu trabalho impossível. Com uma parte de cabeça, eu pensava no *raj* britânico como uma tirania indestrutível, como algo imposto, *saecula saeculorum*, ao arbítrio de povos prostrados; com a outra parte, eu pensava que a maior alegria do mundo seria enfiar uma baioneta na garganta de um sacerdote budista. Sentimentos como esses são subprodutos comuns do imperialismo; pergunte a qualquer oficial anglo-indiano, se você o encontrar de folga (ORWELL, 2021, p. 95).

*A filha do reverendo* é centrada na personagem Dorothy que após perder sua memória fica sem dinheiro e precisa viver na rua, se junta a um grupo de andarilhos, passa fome e frio, situações bem parecidas com aquelas que o próprio Orwell presenciou. Em *Flor da Inglaterra* Orwell escreve sobre o poeta Gordon Comstock, que decide abdicar dos benefícios do dinheiro e vai trabalhar em uma livraria ganhando pouco – ocupação que o próprio Orwell também teve – enquanto tenta enviar suas poesias para editoras, mas sem sucesso.

A escrita política de Orwell toma forma em *O caminho de Wigan Pier* (TAVARES, 2013, p. 17). O livro narra a vida de trabalhadores do norte da Inglaterra, nas regiões de *Lancashire* e *Yorshire*, pouco antes da Segunda Guerra Mundial. A obra:

reflete sobre a liberdade no socialismo. O livro é dividido em duas partes: na primeira predomina o relato sobre o cotidiano dos trabalhadores e tem um caráter ficcional considerável, com ênfase em descrições mescladas a suas próprias impressões. Já a segunda parte consiste em um discurso na forma de ensaio, no que Orwell pensa sobre a manifestação do socialismo em um país como a Inglaterra. Fica claro nessa segunda parte que, ao mesmo tempo em que Orwell constrói uma crítica às formas organizadas do socialismo corrompido na classe média inglesa, ele demonstra sua constante insatisfação com a situação corrente e sua falta de identificação social existente (TAVARES, 2013, p. 17-18).

Durante a Guerra Civil Espanhola, Orwell foi ao país e se filiou ao Partido Operário de Unificação Marxista – POUM e lutou em Aragão. Na ocasião foi atingido por uma bala na garganta e precisou retornar às pressas para a Inglaterra. Este acontecimento resultou no livro *Lutando na Espanha*, publicado em 1937. No período em que esteve na Espanha, Orwell presenciou “uma sociedade em que havia igualdade social, onde a classe trabalhadora estava no comando e isso mudou completamente sua visão política, chegando a afirmar acreditar na possibilidade da prosperidade do socialismo” (TAVARES, 2013, p. 18). Essa junção de experiências, viver nas ruas, atuar como militar do império britânico e lutar ao lado do POUM na Espanha contribuiu para Orwell torna-se um socialista revolucionário, visto que “sua postura que antes era passiva agora se torna ativa, pois ele vai à luta” (TAVARES, 2013, p. 18).

Após *Lutando na Espanha*, Orwell foi até o Marrocos para se recuperar do ferimento que foi submetido na Espanha. Neste período escreveu a obra *Um pouco de ar, por favor!* O livro publicado à beira do início da Segunda Guerra e aborda a personagem George Bowling, que, sufocado pelo seu modo viver, resolve voltar a sua cidade natal, em busca das suas lembranças de infância.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, Orwell “se sentiu na obrigação de fazer parte desde momento histórico” (TAVARES, 2013, p. 19) e trabalhou como correspondente para a BBC transmitindo noticiários sobre o conflito e programas culturais (MATOS, 2005, p. 30). Essa “experiência como programador cultural na BBC entre 1941 e 1942 serviu-lhe como matéria para a criação do Ministério da Verdade” (PEN, 2019, p. 31). A sala 101 – local de tortura em *1984* – era o local de reunião usado pelo *Eastern Services*, que era o setor dentro da BBC em que Orwell atuava (HITCHENS, 2010, p. 20). Nesse período, ele teve conhecimento

do método nazista de propaganda (TAVARES, 2013, p. 65) e em seu ensaio *Relembrando a guerra civil espanhola*, usou a expressão “dois e dois são cinco”<sup>15</sup> pela primeira vez:

A teoria nazista, na verdade, nega de modo bem claro que exista qualquer coisa como "a verdade". Não existe, por exemplo, coisa tal como "Ciência". Existe apenas a "Ciência Alemã", a "Ciência Judaica", etc. O objetivo contido nessa linha de pensamento é um mundo de pesadelo no qual o Dirigente, ou algum grupo governante, controla não só o futuro, mas também o passado. Se o Dirigente disser, quanto a tal ou qual acontecimento, que o mesmo jamais ocorreu, é isso mesmo - jamais ocorreu! Se disser que dois e dois são cinco - pois muito bem, dois e dois são cinco. Essa perspectiva me amedronta muito mais do que as bombas (ORWELL, 2006, p. 170).

Em 1945, Orwell publica *A fazenda dos animais* que foi rejeitado por várias editoras, mas tornou-se um grande sucesso comercial, vendendo milhares de cópias. O livro retrata a “disparidade entre os ideais da revolução e os resultados posteriores obtidos na sociedade” (SILVA, 2033, p.46). Também foi o primeiro livro que Orwell escreveu “com plena consciência do que fazia, amalgamar os propósitos político e artístico” (ORWELL, 2005, p. 21). À época, Orwell já sofria com a tuberculose, que o levaria ao falecimento em 1950. O livro é:

visto como uma projeção da realidade soviética, com suas contradições, sonhos desfeitos e promessas não cumpridas que, ainda sim, eram mitificadas por parte da esquerda mundial. Talvez uma das possíveis intenções da obra tenha sido reviver o movimento socialista, com apelo para revigorar os impulsos democráticos que estariam na gênese do processo revolucionário (TAVARES, 2013, p. 20-21).

Orwell escreveu *1984*, no ano de 1948. Segundo sua própria avaliação, o livro seria “fatalmente um fracasso, todo livro é um fracasso, porém tenho uma clara noção do tipo de livro que pretendo escrever” (ORWELL, 2005, p. 16). O título da obra é uma inversão dos dois últimos algarismos do ano corrente durante o período da escrita – 1948 – transformando-se em 1984 (PEN, 2019, p. 32).

A despeito das duas últimas obras de Orwell é preciso destacar que, se lidas de maneira descolada de outros textos do autor, sobretudo de seus ensaios, e sem algum aprofundamento a respeito de sua trajetória de vida, as duas obras são críticas ao sistema político adotado na Rússia soviética da primeira metade do século XX. Em alguma medida é correto, principalmente no caso de *A fazenda dos animais*<sup>16</sup>, mas é preciso ter em mente que limitar ao contexto russo é reduzir

<sup>15</sup> Essa expressão seria usada novamente em no livro *1984* e representa a exclusão da individualidade e o abandono da verdade em detrimento ao estabelecido pelo Grande irmão e seu partido.

<sup>16</sup> No Brasil o caráter antissocialista da obra foi acentuado em função da primeira tradução realizada no país. Creditada ao militar Heitor Aquino Ferreira a tradução foi a única a circular no Brasil até o ano de 2020. O processo de publicação de novas traduções aumentou com a entrada da obra em domínio público, em 01/01/2021. As diferenças entre o texto original e a tradução brasileira começam no título, com a inserção do termo revolução – que não existe no título em inglês – e o uso da palavra bichos, que era um gíria bastante

possibilidades de interpretação das obras. A postura adotada por Orwell de ser crítico ao Regime russo não deixou de lhe render dificuldades “autointitulado socialista democrático, criticou o socialismo oficial da Inglaterra e denunciou o governo soviético, o que suscitou a desconfiança da esquerda britânica e dificultou a publicação, entre outros, de *A revolução dos bichos*.” (PEN, 2019, p. 25).

O próprio Orwell já havia tecido comentários a respeito do Regime russo em comparação com o que ele acreditava ser o socialismo<sup>17</sup>. Para ele, os dois sistemas eram coisas distintas. O que acontecia na Rússia era uma distorção daquilo que ele entendia por socialismo:

O primeiro grande choque foi a Revolução Russa. Por razões algo complexas, quase toda a esquerda inglesa foi levada a aceitar o Regime russo como “socialista”, enquanto em silêncio reconhecia que o espírito e a prática eram completamente estranhos a tudo o que se entende por “socialismo” (ORWELL, 2005<sup>18</sup>).

Orwell tinha desconfianças com relação a União Soviética desde 1930 ele “vira poucos indícios de que a URSS estivesse avançando na direção de algo que se pudesse chamar de socialismo” (ORWELL, 2009, p. 144). Ainda à época ele “ficava chocado diante dos sinais claros de sua transformação numa sociedade hierarquizada, em que os governantes não têm mais razão de desistir do poder que qualquer outra classe dominante” (ORWELL, 2009, p. 144).

A experiência de Orwell na Guerra Civil Espanhola também foi importante para a formação de sua opinião política no que diz respeito a União Soviética e o socialismo. Foi naquele contexto que ele compreendeu “mais claramente que nunca, a influência negativa do mito soviético sobre o movimento socialista ocidental” (ORWELL, 2009, p. 141). Foi após seu retorno da Espanha que ele pensou em “denunciar o mito soviético numa história que fosse fácil de compreender por qualquer pessoa e fácil de traduzir para outras línguas” (ORWELL, 2009, p. 141), desejo que ele realizou no livro *A fazenda dos animais*.

O livro *1984*, publicado em 1949, também foi usado como propaganda antissocialista. Em virtude de seu falecimento um ano após a publicação, Orwell não teve a oportunidade de vivenciar o uso histórico de sua obra. Mas esclareceu sua intenção ao escrever que o objetivo da obra era evidenciar sua preocupação com o totalitarismo e apresentou esta inquietação como um motor para o livro “*The scene of the book is laid in Britain in order to emphasise that the*

---

comum entre os opositores do Regime militar corrente à época, em detrimento de animais, que é mais próxima do título original. Também foi omitido do título a expressão *a fairy story*. Dessa forma, a edição nacional publicada em 1964 pela editora Globo adaptou o título *Animal farm – a fairy story* para *A revolução dos bichos*.

<sup>17</sup> No ensaio *O leão e o unicórnio: O socialismo e o gênio inglês*, escrito em 1941, em meio a ascensão do fascismo na Alemanha e Itália, Orwell expõe sua proposta para livrar a Grã-Bretanha do totalitarismo crescente e do capitalismo privado. Para ele, a classe trabalhadora por meio do socialismo – na forma em que ele acreditava ser a correta – são as únicas forças capazes de vencer o totalitarismo existente no período.

<sup>18</sup> Posição 2199 no e-reader kindle. Para encontrar em cópia física do livro consultar o ensaio *Escritores e leviatã*.

*English-speaking races are not innately better than anyone else and that totalitarianism, if not fought against, could triumph anywhere*”<sup>19</sup> (MEYERS, 1975, p. 24). De maneira geral, Orwell avaliou que a aceitação da União Soviética como socialista:

Causou grande prejuízo ao movimento socialista da Inglaterra, e teve sérias consequências sobre a política externa britânica. De fato, a meu ver, nada contribuiu tanto para a corrupção da ideia original de socialismo quanto a crença de que a Rússia é um país socialista e cada gesto de seus governantes precisam deve ser desculpado, quando não imitado (ORWELL, 2009, p.145).

Para ele, o Regime adotado na União Soviética era totalitário, não socialista. Essa característica da forma que Orwell via o mundo a sua volta nem sempre é lembrada ou conhecida por quem usa sua obra. Mesmo com consciência que aquilo que se apreende dos textos está sujeito a quando, onde e quem lê, estas considerações acerca da trajetória e das intenções do autor – sempre dentro do que é possível afirmar – ao escrever o livro são importantes em respeito à memória de Orwell, principalmente porque ele não viu o uso histórico de sua obra. Também porque estas preocupações são parte integrante de sua obra publicada.

Olhando com atenção para detalhes da obra e da trajetória de vida percebe-se que há correlações entre o vivido por Eric Arthur Blair e o narrado por George Orwell. Sua escrita que foi em prol da liberdade de expressão, anti-imperialista, contra o totalitarismo e demonstrou preocupação com o rumo tomado pela humanidade esteve ligada as experiências que ele presenciou. Sua crítica não poupava sequer aqueles que se colocavam no mesmo espectro político que ele.

No ensaio *Por que escrevo* publicado 1946, Orwell expõe quatro motivos que impulsionam a escrita em prosa eles “existem em diferentes graus em cada escritor, e num dado escritor as proporções variarão de quando em quando, conforme a atmosfera em que ele vive” (ORWELL, 2005, p. 18). Os motivos são: puro egoísmo, entusiasmo estético, impulso histórico e propósito político. Em seu caso pessoal Orwell afirma:

sou uma pessoa para quem os três primeiros têm mais importância do que o quarto. Numa época de paz, poderia ter escrito livros floreados ou meramente descritivos e ficado quase alheio a minhas lealdades políticas. De qualquer forma, fui forçado a me tornar uma espécie de panfleteiro (ORWELL, 2005, p. 18).

O impulso histórico o levou a dar ênfase na forma de escrita política. As duas categorias apresentadas por ele são traço presente na sua obra. Ele “avalia a sua própria escrita, reconhecendo a influência decisiva do impulso histórico e do propósito político na sua produção

---

<sup>19</sup> Tradução nossa: A Inglaterra foi escolhida para situar os acontecimentos do livro [1984] para enfatizar que os povos anglo-saxões não são melhores por natureza que nenhum outro e, caso não seja devidamente combatido, o totalitarismo pode triunfar em qualquer lugar.

literária” (MARTINS, 2003, p. 51). De maneira mais ampla, ele entendia que “literatura genuinamente apolítica é coisa que não existe, menos ainda em época como a nossa” (ORWELL, 2021, p. 170).

Para ele “escrever um livro é uma luta horrível e exaustiva, como um prolongado ataque de uma enfermidade dolorosa. Ninguém jamais se incumbiria de tal coisa se não fosse impelido por um demônio ao qual não se pode resistir nem entender (ORWELL, 2005, p. 22). O próprio Orwell dá pistas sobre que demônio é esse que o levava ao trabalho “escrevo porque existe uma mentira que pretendo expor, um fato para o qual pretendo chamar a atenção, e minha preocupação inicial é atingir um público” (ORWELL, 2005, p. 20-21).

Antes de adensar os comentários acerca do livro *1984* ainda é preciso destacar a importância que os ensaios escritos por Orwell possuem no conjunto total de seus escritos. Não faz parte das intenções deste trabalho apresentar argumentação sobre as influências – se elas de fato existirem – exercidas pelos ensaios nos romances, mas é interessante pontuar algumas proximidades. Não é raro que os assuntos abordados em suas obras de ficção sejam também apresentados em seus textos jornalísticos, críticas e ensaios, as vezes antes que a sua exposição ficcional<sup>20</sup>. Esta conjuntura torna o conteúdo não ficcional e sua contrapartida indissociáveis um do outro, sendo necessária avaliação mútua para um entendimento mais aprofundado da criação de Orwell.

O ensaio *Prevenção contra a literatura*, escrito entre os anos 1945 e 1946, é significativo no que diz respeito aos conteúdos de suas duas últimas obras ficcionais – que foram escritas no mesmo período – *A fazenda dos animais* e *1984*, no texto Orwell discorre sobre as funções e as consequências sofridas pela literatura e seus/as autores/as em períodos de totalitarismo. No ensaio ele reforça sua opinião que “a literatura é uma tentativa de influenciar o ponto de vista o ponto de vista dos contemporâneos por meio do registro da experiência” (ORWELL, 2021, p. 171).

O que chama a atenção no ensaio é como as preocupações que Orwell tinha com respeito ao seu tempo se assemelham ao livro *1984*. Um de seus argumentos é centrado na relação entre a verdade – ou falta dela – em sociedades totalitárias. Sua inquietação gira em torno da aceitação da ideia do “mito russo [...] Por causa dele, fatos conhecidos são suprimidos e distorcidos a um ponto que torna duvidoso se uma história verdadeira da nossa época poderá em algum momento ser escrita” (ORWELL, 2021, p. 166). Considerando que o assunto da posição de Orwell sobre

---

<sup>20</sup> *1984* não foge à regra. É possível encontrar semelhanças entre o conteúdo do livro com vários outros textos de Orwell, de forma que, na verdade, ele seja “disfarçado de ficção de horror cômica, 1984 é na verdade um ensaio de não ficção” (PIMLOTT, 1989, p. 385).

a Rússia em seu tempo já foi comentado, o que precisa ser destacado é que este contexto apresenta pontos que podem ter sido fonte para o desenvolvimento de *1984*. Ele diz:

Do ponto de vista totalitário, a história é algo que precisa ser criado mais do que estudado. Um Estado totalitário é com efeito uma teocracia, e sua casta dominante para preservar a sua posição, precisa ser considerada infalível. Mas como, na prática, ninguém é infalível, é frequentemente necessário rearranjar os eventos passados de modo a mostrar que este ou aquele erro não foi cometido, ou que este ou aquele triunfo imaginário aconteceu de fato (ORWELL, 2021, p. 168).

O movimento de alterações do passado histórico exige “mudança correspondente na doutrina e a reavaliação de pessoas históricas proeminentes” (ORWELL, 2021, p. 166) e é mais comum que aconteçam “em sociedades onde apenas *uma* opinião é permitida em qualquer dado momento” (ORWELL, 2021, p. 166, grifo do autor), mas podem acontecer “em todo lugar” (ORWELL, 2021, p. 166). Dessa forma, o “totalitarismo exige, na verdade, uma alteração contínua do passado e, longo prazo, provavelmente exige uma descrença na própria existência da verdade objetiva” (ORWELL, 2021, p. 166). Por fim, Orwell diz “Já existem incontáveis pessoas que considerariam um escândalo falsificar um texto científico, mas que nada veriam de errado em falsificar um fato histórico” (ORWELL, 2021, p. 166). Há uma aproximação entre o escrito nos ensaios e nos textos ficcionais. Nos primeiros, Orwell expõe suas preocupações com seu tempo de forma objetiva, com críticas ao pensamento corrente de sua sociedade. Já na ficção, além de absorver aquilo que via, extrapolava e buscava os limites de ações, ideias e juízos vigentes<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> No livro *1984* Orwell diz “Por exemplo, a leitura do Times de 17 de março dava a impressão de que, num discurso proferido na véspera, o Grande Irmão previra que as coisas permaneceriam calmas no fronte do sul da Índia, mas que o norte da África em breve assistiria a uma ofensiva das forças eurásianas. Na verdade, porém, o alto-comando da Eurásia lançara uma ofensiva sobre o sul da Índia, deixando o norte da África em paz. Assim, era necessário reescrever um parágrafo do discurso do Grande Irmão, de forma a garantir que a previsão que ele havia feito estivesse de acordo com aquilo que realmente acontecera[...]Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. Desse modo era possível comprovar com evidências documentais que todas as previsões feitas pelo partido haviam sido acertadas; sendo que, simultaneamente, todo vestígio de notícia ou manifestação de opinião conflitante com as necessidades do momento eram eliminados” (ORWELL, 2009, p. 53-54).

### 3. CAPÍTULO II: FICÇÃO COMO VERDADE, VERDADE COMO FICÇÃO

Essa pesquisa entende que é possível estudar assuntos pertinentes ao campo da CI partindo de fontes ficcionais, desde que existam nela aspectos caros para o campo. No cotidiano, a ficção parece ser compreendida como algo separado, distinto e oposto da realidade. Mas as duas categorias – realidade e ficção – podem ser vistas como coexistente e semelhantes. Há uma relação mútua entre quem cria e quem frui com seus determinados contextos históricos e sociais.

Dessa forma, a ficção é diretamente influenciada pelo período em que é produzida e “Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas” (CANDIDO, 2011, p. 177). De maneira semelhante à forma que ela será interpretada também está sujeita a quem e a quando será apreciada. A origem da palavra ficção é:

Em latim há um verbo interessante, *tingo* (seu particípio passado é *factus*, donde vem o substantivo *factio*, ficção). *Fingo*, de início, era o verbo indicador da ação do oleiro, que modelava potes, telhas e outros artefatos cerâmicos, mas que passou também a modelar imagens (MENESES, 2002, p. 25).

Já o termo *factio* que deu origem à palavra ficção está “ligado tanto à raiz latina *tingere* quanto à figura” (BRAZ, 2008, p. 12). Enquanto *factio* tinha relação com mentira ou fingimento, *tingere* foi associada à ideia de imagem e imaginário (BRAZ, 2008, p. 12). Assim, entende-se que a ficção “não se opõe a verdade: designa as figuras (palavra da mesma família) que modelamos, para darmos conta da complexidade e vastidão infinitas do mundo.” (MENESES, 2002, p. 25). A realidade e a ficção se “interdeterminam” (BRAZ, 2008, p. 12), uma influenciando a outra. Também é importante entender seus limites: de um lado a realidade, do outro, o falso e enganoso. A ficção se mostra como meio de caminho entre estas duas categorias. Ela se relaciona com a realidade, mas não é o mesmo fenômeno.

Para o que se pretende neste trabalho é interessante destacar que o significado do termo *tingo* se aproxima do uso original da palavra informação. *Fingo*, como dito, tinha o sentido de modelar, caso da ação do oleiro que criava objetos cerâmicos. Já informação, que atualmente pode ser usada como “o ato de moldar a mente e o ato de comunicar conhecimento” (CAPURRO, 2007, p. 156), vem do termo também latino *informatio* que tinha em seu uso original o significado de “dar forma a alguma coisa” (CAPURRO, 2007, p. 156).

Não é novidade entender o mundo a partir da ficção. As sombras refletidas na parede na *Alegoria da Caverna*, de Platão, representam a ilusão vinda dos sentidos que nos afastam do mundo das ideias, que na estrutura da alegoria, fica fora da caverna. Para Platão, todos poderiam

retornar ao mundo das ideias por meio da Filosofia e todo aprendizado é na realidade, lembrar, já que todas as pessoas pertenciam ao mundo ideal, mas precisavam beber a água do rio *Lete* antes do nascimento<sup>22</sup>. A visão apresentada por Platão carrega uma negação da ficção como parte da realidade – já que ela nos afasta do mundo ideal, que ele considerava real – fato esse que não demoraria a ser repensado por seu aprendiz Aristóteles. Para ele, a experiência por meio dos sentidos permite ao ser humano criar conceitos e as ideias estavam nas próprias coisas.

A ficção acontece por meio da *obliquação* que é “um movimento complexo de desdobramento subjetivo e das posições enunciativas, cuja face mais visível se apresenta quando o sujeito, sem deixar completamente de sê-lo, ocupa também a posição de objeto” (NODARI, 2019, p. 2). Ou seja, quem lê assume uma posição dupla, a sua própria e a do outro ao mesmo tempo, já que “dizer que o movimento que constitui a *obliquação* não se reduz ao simples gesto de referir-se a si mesmo como objeto ou ainda à reflexividade: para tomar-me como objeto, preciso admitir a existência da (e ocupar a) posição de um outro sujeito” (NODARI, 2019, p. 2).

Entender a ficção como uma espécie de meio de caminho entre a realidade e o falso, não significa dizer que ela não possui compromissos com a realidade. Para quem quer conhecer mais sobre a Rússia ou a França do século XIX, além de procurar em livros de História, buscar livros como *Anna Karenina* de Liev Tolstói, *Crime e castigo* de Fiódor Dostoiévski e *Os miseráveis* de Victor Hugo, também pode ser bastante esclarecedor.

Cabe abordar como a ficção atua nos campos e temas que interessam neste trabalho. A memória humana que se apresenta em forma de imagem, como lembrança, em muito se assemelha com a capacidade de criar imagens ficcionais, a imaginação. A História tem em sua escrita aproximação com a escrita de ficção. E a Ciência da Informação tem em seus processos de formação e exposição de acervos, muito de ficção. Diante do exposto, é proposto fazer análise das influências que a ficção exerce em assuntos que são caros para este trabalho. A separação será realizada em pares, apenas para fins de organização do conteúdo textual da pesquisa, são elas: ficção/memória, ficção/História, ficção/informação e ficção/Literatura.

### 3.1 FICÇÃO E MEMÓRIA

Ricoeur apresenta duas formas de memória: matriz e reapropriada. A memória matriz é marcada pela existência paradoxal de três elementos: a presença, a ausência, a anterioridade (RICOEUR, 2003, p. 2). Ou seja, ao lembrar, o ausente anteriormente vivido se torna

---

<sup>22</sup> Rio do esquecimento.

novamente presente. Esse fenômeno acontece dentro da temporalidade. A segunda forma de memória é reapropriada. Nessa categoria, a memória não é formada diretamente pelos grupos sociais. Ela é criada a partir da História e possui relação circular com a memória matriz. Em suma, essa forma de memória é constituída por representações documentais do passado.

Dessa forma, a memória matriz pode ser entendida como uma marca do passado. Uma impressão. Essa memória, que em si mesma já é uma representação do passado, na tentativa de afugentar, atrasar ou diminuir o esquecimento, cria outras representações. Escrita, foto, vídeo. A História se apropria, ou reapropria, desses registros e representações da memória e cria a sua própria representação. Essa representação vinda da História, que já é reapropriada da memória matriz, cria outra reapropriação em quem entra em contato com ela.

Este entendimento duplo da memória apresentado por Ricoeur se aproxima do objeto de estudo deste trabalho na medida em que é possível enxergar esses fenômenos no livro em sua relação com a vida cotidiana, em seu próprio contexto histórico e na intencionalidade de seu autor. Mas também são conceitos que estão presentes no contexto ficcional do livro. Como já comentado, no livro é mostrada a perpétua manipulação dos registros de informação, ou partindo do entendimento de Ricoeur: da memória reapropriada.

A única forma natural que os seres humanos possuem para tornar o passado ausente novamente presente é a sua memória – no sentido de memória matriz – mesmo sendo merecedora de desconfianças na maioria das situações. Antes da invenção da escrita, a memória carregava sozinha o fardo de manter o passado acessível, principalmente por meio da oralidade de forma que “numa sociedade oral primária, quase todo o edifício cultural está fundado sobre as lembranças dos indivíduos” (LÉVY, 2010, p. 77). A lembrança que é o “momento objetual da memória” (RICOEUR, 2007, p. 23) acontece por meio de imagens que devolvem à consciência algo que foi anteriormente experienciado.

A lembrança é encarregada de representar o passado da maneira a mais fiel possível. Mas as desconfianças com relação a nossa capacidade de relembrar aquilo que foi anteriormente vivido não demoram a aparecer. Talvez a primeira delas, que já é apontada há bastante tempo, seja a proximidade que existe entre lembrar e imaginar. Enquanto a lembrança possui compromissos com a “realidade anterior, a anterioridade” (RICOEUR, 2007, p. 26), a imaginação está livre desta função e é voltada para “o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico” (RICOEUR, 2007, p. 26). Há uma relação entre lembrar e imaginar de modo que “essas duas afeções estão ligadas por contiguidade, evocar uma – portanto, imaginar – é evocar a outra, portanto, lembrar-se dela. Assim, a memória, reduzida à rememoração, opera na esteira da imaginação” (RICOEUR, 2007, p. 25).

Essa proximidade que existe entre lembrar e imaginar ilustra bem nossa relação com a ficção, com o passado e com a memória. Dizer que a lembrança é uma “província da imaginação” (RICOEUR, 2007, p. 25), não significa necessariamente que ela seja enganosa. Mas mostra como a ficção está constantemente à nossa volta e faz parte de nossas vidas, seja de forma voluntária ou não. Além disso, da mesma forma que a memória, a imaginação também possui a característica de representação, ou seja, de tornar o ausente presente:

Certamente, dissemos e repetimos que a imaginação e a memória tinham como traço comum a presença do ausente, e como traço diferencial, de um lado, a suspensão de toda posição de realidade e a visão de um irreal, do outro, a posição de um real anterior (RICOEUR, 2007, p. 61).

Da mesma maneira em que existem proximidades entre aquilo que lembramos e imaginamos, também existem distinções. Cabe ir em busca desta fratura entre estes dois fenômenos. Curiosamente, há na própria ficção boas maneiras de encontrar. O encontro de Ulisses com os feácios no poema épico de Homero *Odisseia* ilustra a diferença entre lembrar e imaginar. Para tanto, a interpretação do historiador François Hartog (2003) será uma importante ferramenta.

Os acontecimentos presentes na *Odisseia* se passam após ao que foi narrado em *Iliada*, outro poema épico que também é atribuído a Homero, e são centrados no retorno de Ulisses para casa, em Ítaca. No caminho, ele passa em várias ilhas e se encontra com toda sorte de criaturas humanas e mitológicas. Para o assunto aqui abordado um episódio que chama à atenção é o que ocorre com o aedo – poeta – dos feácios, Demódoco. Acontece no livro VIII da *Odisseia*. Ulisses solicita que a sua história seja contada pelo poeta. Este evento com “esta singularidade: a presença de Ulisses, lá e cá, atesta que ‘aquilo’ realmente aconteceu” (HARTOG, 2003, p. 21, grifo do autor). As reações dos feácios e de Ulisses ao canto são distintas. Os primeiros “escutam seu aedo, como todos os dias” (HARTOG, 2003, p. 21). Já Ulisses, “como ele reage? Chorando” (HARTOG, 2003, p. 21). Neste “empilhamento de instâncias narrativas” (HARTOG, 2003, p. 21), o que chama à atenção são os sentimentos distintos entre os ouvintes.

Ulisses, diferentemente dos feácios, sabia por “experiência que se trata ao mesmo tempo de sua história e da história (HARTOG, 2003, p. 21). Desta forma, Ulisses experienciou algo que existe apenas na memória que é aquilo que Paul Ricoeur chamou de *reconhecimento*. Este fenômeno, este “pequeno milagre” (RICOEUR, 2003, p. 2) é o fim da busca pela lembrança. É o momento em que se toma consciência daquilo que foi vivido. Trata-se da convicção de que *estive lá*. Assim, o reconhecimento é a “certeza da presença real da ausência do passado”

(RICOEUR, 2003, p. 2). Este acontecimento é exclusivo da memória. Em nenhuma outra forma que possuímos para representar o passado é possível experimentar este fenômeno.

Neste caso existente na *Odisseia* é interessante notar as camadas possíveis entre a memória e a imaginação. A narrativa do aedo que é um representante da musa da memória *Mnemosine* leva Ulisses às lágrimas, tamanha é a proximidade entre o vivido e o narrado (HARTOG, 2003, p. 23). No entanto, era de conhecimento de Ulisses que Demódoco não tinha visto os acontecimentos que ele cantava. Apenas ele – Ulisses – tinha testemunhado os eventos. O que chama a atenção é que a ficção por meio do aedo tenha levado Ulisses a reconhecer aquela narrativa como uma de suas lembranças. É a ficção – mesmo que sob a chancela de *Mnemosine* – levando à lembrança, ao reconhecimento.

Após essa breve excursão à Grécia antiga, cabe retornar a obra central para este trabalho que é *1984*. No livro há uma interessante articulação entre memória e ficção. Dentro da estrutura do Ministério da Verdade funcionam os departamentos de documentação e ficção. De um lado, parte da memória – em sua forma documental – é produzida, organizada, arquivada e manipulada. Do outro, a ficção é produzida e também manipulada, no caso de obras antigas. Os dois funcionam sob a égide do Ministério da Verdade cuja a:

função primeira não era reconstruir o passado e sim abastecer os cidadãos da Oceânia com jornais, filmes, livros escolares, programas de teletela, peças dramáticas, romances – com todo tipo imaginável de informação, ensino ou entretenimento, de estátuas a slogans, de poemas líricos a tratados de biologia, de cartilhas de ortografia a dicionários de Novafala (ORWELL, 2009, p. 57).

Não é possível afirmar com certeza que Orwell tinha essa preocupação com as relações entre a memória e ficção. Mas diante de sua trajetória em que se dedicou ao jornalismo, ensaio, crítica e a escrita de ficção e, também, ao seu hábito de repetir assuntos nos diferentes gêneros literários é possível supor que havia nele alguma consciência acerca do tema. A escolha de colocar os Departamentos de Ficção e Documentação não deve ter sido por acaso. Este fato é bastante significativo para o que é proposto nesta pesquisa. É possível enxergar que para a operação do Regime de Informação na obra, é necessário que haja controle da produção e disseminação não apenas da memória em forma de documento, mas também da produção ficcional, seja ela do passado ou do presente.

### 3.2 FICÇÃO E HISTÓRIA

Apesar do uso cotidiano como sinônimos, passado e História não são o mesmo fenômeno. Passado é o tempo anterior, no seu bojo estão todos os acontecimentos: o maior episódio e o menor detalhe, juntos diante do correr da existência humana. E, como

anteriormente comentado, conservar a integridade do pretérito é tarefa impossível seja para *Mnemosine* ou *Clio*<sup>23</sup>. A divisão aristotélica coloca a História no “mundo do que aconteceu” (PESAVENTO, 2000, p. 33) e a ficção no domínio do “que poderia ter acontecido” (PESAVENTO, 2000, p. 34) mas também situa ambas no campo da narrativa que é “sequencia articulada de ações representadas” (PESAVENTO, 2000, p. 34).

Embora a História tenha como função narrar os acontecimentos passados, é importante ter clareza que aquilo que se conta não é o mesmo que aquilo que aconteceu. Entre os dois há “uma atividade da voz narrativa que organiza o acontecido, ordena os acontecimentos, apresenta os personagens, dispõe as temporalidades e apresenta o conjunto dos dados para o leitor/ouvinte” (PESAVENTO, 2000, p. 34). Considerado o pai da História, o viajante Heródoto, contava aos gregos aquilo que presenciava ou ouvia de outros a respeito dos povos chamados bárbaros. A atividade de Heródoto envolve seleção, critério e seriedade para narrar sobre o desconhecido por seus ouvintes. Mas também envolve ficção, mesmo que seja de forma involuntária, ele:

preside a composição narrativa, selecionando os testemunhos e organizando o enredo, quando se dispõe a recolher depoimentos. No caso do registro do que ele próprio vê, seu olhar é, também ele, diretivo e selecionado. Heródoto recolhe do mundo aquilo que faz sentido à sensibilidade dos gregos. Por último, Heródoto instaura a autoridade da fala, de quem sabe o que diz e pode avaliar a correção ou a falsidade daquilo que ouve. Seu discurso tem intenções: informa, explica e salva a memória do passado. Com isso, constrói e fixa imagens e discursos sobre a realidade deste passado ainda próximo, que se pretende lógica e verdadeira. Em suma, ele é o mediado entre o que não se viu e não se ouviu, mas que, pela sua narrativa, é representado (PESAVENTO, 2000, p.35).

Já Tucídides é considerado o primeiro historiador a julgar a escrita um método mais apropriado em relação à narrativa falada, ele “desconfia da memória, estabelecendo o primado do documento escrito (PESAVENTO, 2000, p. 36)” para ele, as “lembranças são enganosas, seletivas e traiçoeiras” (PESAVENTO, 2000, p. 36). Esta forma de pensamento que privilegia a suposta objetividade existente no documento com relação à memória fez “escola com o racionalismo cartesiano e atingiu seu apogeu no cientificismo novecentista” (PESAVENTO, 2000, p. 36).

Acontece que mesmo o documento usado por historiadores não é forma definitiva de representar o passado. E o próprio texto, resultado final do ofício de historiadores, carrega em si traços ficcionais. A História herda a “aporia cujo local de origem está na constituição icônica

---

<sup>23</sup> Uma das nove musas gregas. Filha de *Mnemosine* e *Zeus*, é a musa da História.

da própria memória” (RICOEUR, 2007, p. 274). Ou seja, de maneira semelhante à lembrança que é vizinha próxima da imaginação, a História também tem contornos de ficção:

A história, se quisermos definir como ficção, há que ter em conta que é ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente. De uma certa forma, eles se “impõem” ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte (PESAVENTO, 2000, p. 39).

Mesmo com elementos de ficção existentes na escrita da História é preciso ir ao encontro a sua especificidade. No seu livro *A memória, a história, o esquecimento*, Paul Ricoeur, em suas discussões sobre a escrita da História, precisou enfrentar o problema acerca da representação historiadora. Ele pergunta “que diferença separa a história e a ficção, se ambas narram?” (RICOEUR, 2007, p. 253.). Essa “aporia da verdade em história” (RICOEUR, 2007, p. 253.), o faz querer entender o que aproxima, mas também, o que separa das duas formas de escrita:

Embora a história seja narrativa, não é um tipo qualquer de narrativa. Com efeito, Ricoeur discute, mas não adota, as teses dos narrativistas americanos, alguns dos quais tentaram abolir qualquer distinção entre escrita de história e escrita de ficção. Ricoeur mantém a tensão interna à escrita histórica que com a ficção tem em comum as mesmas figuras retóricas, mas também pretende ser sobretudo um discurso sobre a verdade, um discurso de representação de algo real, de um referente passado (DOSSE, 1999, p. 74-75).

Desta forma, em sua busca em entender quais são as especificidades existentes na escrita da História, Ricoeur pensa um conceito novo, que ele chamou de representância:

A palavra “representância” condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos. [...] essa relação sob a feição de um pacto entre o escritor e o leitor. Diferentemente do pacto entre um autor e um leitor de ficção que se baseia na dupla convenção de suspender a expectativa de qualquer descrição de um real extralinguístico e, em contrapartida, reter o interesse do leitor, o autor e leitor de um texto histórico convencionam que se tratará de situações, acontecimentos, encadeamentos, personagens que existiram realmente anteriormente [...] (RICOEUR, 2007, p. 289, grifo do autor).

Representância quer dizer que existem acordos distintos entre autores/as e leitores/as de textos históricos e ficcionais. Quem procura um texto histórico espera que o conteúdo seja, dentro das possibilidades, fiel ao passado. Ao contrário de leitores/as de textos ficcionais em que não existe esta intenção. Essa característica, esse pacto distinto entre autores/as e leitores/as,

produz outra forma de representação, que é específica da escrita histórica, que ele chamou de representância.

Diante disso, a produção da História envolve seleção, que se inicia no momento em que há necessidade de responder uma pergunta a respeito do passado. Pergunta está que está sujeita a uma série de fatores contemporâneos e que tem sua resposta limitada aos rastros que ligam presente e passado. Todo este processo está rodeado pela ficção, desde sua origem até seu encerramento. Contudo, mesmo diante destas características, quem busca um livro de História espera encontrar um conteúdo distinto de quem procura um livro de ficção.

### 3.3 FICÇÃO E INFORMAÇÃO

No que diz respeito à Informação, no âmbito da Ciência da Informação, a ficção pode ser um instrumento interessante para a compreensão daquilo que são consideradas as funções de arquivos, bibliotecas e museus. Quando os acervos são selecionados, constituídos e disponibilizados ao público, são formadas, neste processo, narrativas. No entanto, esta categoria de narrativa, acredita-se, é distinta daquela que é criada em livros ficcionais. Na verdade, quando se entra em contato com os acervos destes lugares é esperado que ali haja representações autênticas – dentro do possível – do passado. Pode-se enxergar como uma forma, uma variação da ideia de *representância*, como descrito por Ricoeur (2007), mas aplicada aos locais de informação. A partir disso, é possível enxergar uma via dupla de atuação da ficção no que diz respeito a arquivos, bibliotecas e museus. A primeira está ligada a formação e tratamento dos acervos das instituições. A segunda, no contato dos/as usuários/as – no caso dos arquivos e bibliotecas – e o público dos museus.

A noção de testemunho é um ponto de partida interessante para entender a influência da ficção nos acervos presentes nas instituições de atuação da CI. Ricoeur (2007), coloca o testemunho como etapa anterior da passagem da oralidade e da memória para os arquivos e a escrita “o testemunho é originalmente oral; ele é escutado, ouvido. O arquivo é escrita; ela é lida, consultada” (RICOEUR, 2007, p. 176). O testemunho é fundamentado na presença, na certeza de ter visto e vivido:

A especificidade do testemunho consiste no fato de que a asserção da realidade é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha. Desse acoplamento procede a fórmula típica do testemunho: eu estive lá. O que se atesta é indivisamente a realidade da coisa passada e a presença do narrador nos locais da ocorrência. E é a testemunha que de início se declara testemunha. Ela nomeia a si mesma. Um triplo dêitico pontua a autodesignação: a primeira pessoa do singular, o tempo passado do verbo e a menção ao lá em relação ao aqui (RICOEUR, 2007, p. 172).

O testemunho depende de outra representação do passado, a lembrança. Como anteriormente comentado, ela é vizinha próxima da imaginação. Essa questão herdada da lembrança, que existe também na História, levanta a questão “até que ponto o testemunho é confiável?” (RICOEUR, 2007, p. 176) esse questionamento coloca:

diretamente na balança a confiança e a suspeita. É então trazendo à luz as condições em que é fomentada a suspeição que temos a oportunidade de abordar o núcleo de sentido do testemunho. De fato, a suspeita se desdobra ao longo de uma cadeia de operações que têm no seu início no nível da percepção de uma cena vivida, continua no da retenção da lembrança, para se concentrar na fase declarativa e narrativa da reconstituição dos traços do acontecimento (RICOEUR, 2007, p. 170).

Além das desconfianças que são próprias da lembrança, o testemunho também precisa se provar diante daquilo que é narrado. A testemunha confiável precisa afiançar aquilo que viveu e “pode manter seu testemunho no tempo. Essa manutenção aproxima o testemunho da promessa, mais precisamente da promessa anterior a todas as promessas, a de manter sua promessa, de manter a palavra” (RICOEUR, 2007, p. 174). Contudo, a situações em que mesmo que seja espectador/a, a testemunha não consegue narrar aquilo que viu. É caso, por exemplo, de tragédias. Como é caso do acontecimento narrado pela autora Diana Taylor, sobre a derrubada dos dois prédios do *World Trade Center*, no fatídico 11 de setembro de 2001:

As torres continuavam silenciosamente a arder, sem chamas, a distância; nuvens de fumaça se colavam ao céu excessivamente azul. O próprio tempo parecia ter parado, magicamente transformado em algo fixo, talvez pela invocação, pela tevê, do primeiro choque, e então do segundo. Parecia que as Torres ficariam ali, queimando lentamente. Mais fotos. Enxergar através das lentes ampliava o alcance e o poder de controle de minha visão. Consciente de que um acontecimento histórico estava ultrapassando minha capacidade de compreendê-lo, eu também queria conter o momento e congelá-lo para mais tarde: tevê, janela, foto, de um lado para o outro. Cada clique de minha câmera era meu próprio momento de pausar/segurar, enquanto eu entrava no ritmo suspenso do presente. O impulso arquivar me levou a guardar as imagens para compreendê-las futuramente. Algum dia eu escreveria sobre isso, eu me dizia, mesmo ao pensar em pegar meu diário e escrever sobre isso *agora*. Mas não consegui. Eu deixei o *agora* para mais tarde (TAYLOR, 2013, p. 333, grifo da autora).

O que se quer chamar à atenção é o caráter subjetivo que há no testemunho. Ou mesmo, dentro do que se propõe nesta pesquisa, seu caráter ficcional. O exemplo citado, consiste em uma situação extrema, em que a pessoa, mesmo que tente, não consegue assimilar o ocorrido da forma que gostaria. Em outro trecho de seu texto, Taylor comenta exatamente isso:

O vento estava soprando em direção ao Brooklyn e, por isso, o cheiro ainda não havia começado a entrar. Do 29º andar de minha moradia na cidade de Nova York, mais ou menos uma milha ao norte do World Trade Center, não

conseguia ver as pessoas. Eu olhava para a televisão e via na tela a correria, os gritos, a colagem de imagens do desastre, frenéticas, mas, ainda assim, contidas. Guiliani, o prefeito, estava falando, apresentadores de noticiários estavam falando, correspondentes estrangeiros estavam falando. Eu então corria para a janela. Tirei uma fotografia, sem saber exatamente por que, e comecei a grava o noticiário da CNN. Tevê, janela, foto, de um lado a outro, minhas opções se limitavam a ir de lá para cá, tentando abranger e compreender o que estava acontecendo (TAYLOR, 2013, p. 331).

O testemunho não deixa de carregar em si este caráter ficcional, mesmo quando a situação que se narra não se trata de uma tragédia. Como “os escritos constituem a proporção principal dos depósitos de arquivos, e se entre os escritos os testemunhos das pessoas do passado constituem o primeiro núcleo” (RICOEUR, 2007, p. 178) é possível supor que os acervos dos arquivos, assim como o testemunho, são, em parte, formados elementos de ficção. E quanto a acervos formados, no caso dos arquivos, quando estão em contato com seus/suas usuários/as a primeira aproximação possível entre os documentos e a ficção vem da própria escrita, é o diálogo entre Sócrates e Fedro, escrito por Platão, que questiona a objetividade da escrita:

E uma vez escrito, todo discurso roda por toda parte do mesmo modo – entre os que o compreendem bem como entre aqueles aos quais não convém –, e não sabem com que devem ou não falar. E quando sofre ofensas e insultos injustamente sempre precisa da ajuda de seu pai: pois ele próprio não é capaz de se defender e nem de ajudar a si mesmo (PLATÃO, 2019, p. 138).

Dessa forma, não há sentido exato nos documentos. Os escritos e suas interpretações dependem das perguntas, do tempo e do local de quem questiona – característica que aproxima dos textos de literatura, como se verá. Ricoeur (2007) acrescenta outra variável à temática que é o afastamento que existe entre o arquivo e sua testemunha, deixando o documento além de mudo, como defendido por Sócrates, órfão:

Como toda escrita, um documento de arquivo está aberto a quem quer que saiba ler; ele não tem, portanto, um destinatário designado, diferentemente do testemunho oral, dirigido a um interlocutor preciso; além disso, o documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os “puseram no mundo”; estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interroga-los e assim defende-los, prestar-lhes socorro e assistência (RICOEUR, 2007, p. 179, grifo do autor).

As exposições de museus são interessantes para entender como a ficção faz parte do processo que existe no contato do público com os acervos. Entre as várias funções dos museus, não há dúvidas que eles são locais de “busca de informação” (MENESES, 2002, p. 19). Mas, existem especificidades nesta busca mediada por acervos, uma vez que, o “museu *não* é uma forma de *reproduzir* o mundo e a vida” (MENESES, 2002, p. 22, grifo do autor). A

representação existente no museu “se faz com segmentos do mundo físico, se faz com elementos que integram a nossa própria natureza enquanto seres humanos, natureza que está marcada pela nossa corporalidade” (MENESES, 2002, p. 22). Os acervos, ao serem montados de uma maneira específica, que responde a uma intenção também específica, quando entram em contato com o público cria uma relação nova, que é ficcional:

Fala-se muito de museu vivo, museu dinâmico, mas imaginar que a “vida” possa ser trazida para dentro do museu (quer dizer, dentro de seu espaço de atuação, inclusive os espaços *extramuros*) é outra ingenuidade inútil - e muito cômoda. Museu vivo não deveria ser aquele que simula a vida, dela fornecendo uma versão que permite confundirem-se ambas pela aparência, mas aquele que precisamente cria a distância necessária para se perceber da tudo que a existência cotidiana vai embaçando e diluindo, ou tudo aquilo que não cabe nos limites de minha *experiência* pessoal. Se eu confundir as coisas do museu com as coisas da vida e comportar-me semelhantemente, que ganho há? Não há como recriar os ritmos da vida no museu: é a representação que nos serve. E é por isso mesmo que podem existir armas nos museus, porque elas não estão lá para defesa ou ataque. Caso contrário, a polícia as consideraria como arsenais (MENESES, 2002, p. 23).

Dessa forma, as exposições são exercícios de representação que pode ser entendida como “apresentar de novo. Apresentar de novo porque algo está ausente. Aquilo que se representa não está presente, nem é um duplo. Representar não significa desfazer a ausência” (MENESES, 2002, p. 23). E assim como ocorre com a memória, a História e a Literatura e as demais formas de representação “em qualquer de seus vetores: a imagem visual, a palavra, o som, as coisas, etc. Representar significa, ao mesmo tempo, tornar presente o que está ausente, mas pela própria *presença da ausência*, acentuar a ausência” (MENESES, 2002, p. 23, grifo do autor). Essa maneira de enxergar os acervos de arquivos, bibliotecas e museus, leva a atuação destas instituições para um local mais próximo daquele praticado pela Literatura. É preciso levar em consideração que cada uma destas representações possui suas especificidades e todas podem cumprir a função de informar. Contudo, a ficção permite uma aproximação que não parece ser óbvia.

### 3.4 FICÇÃO E LITERATURA

Como este trabalho está centrado em uma forma específica de ficção, a narrativa que acontece na Literatura, são necessárias algumas considerações acerca dos pontos de proximidades entre elas, já que falar de ficção não é obrigatoriamente falar de Literatura. Acima já foi comentado sobre a narrativa que pertence ao mundo do que aconteceu, representada por *Clio*. Cabe ainda falarmos de sua irmã, *Calíope*<sup>24</sup> e sobre o que poderia ser. É preciso entender

---

<sup>24</sup> Uma das nove musas gregas. Filha de *Mnemosine* e *Zeus*, é a musa da poesia.

que o universo ficcional narrado em texto possui certas singularidades que o diferencia de nossas outras representações de mundo e do passado.

Assim como a “filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos” (TODOROV, 2009, p. 77). E a “realidade que literatura aspira compreender é, simplesmente (mas, ao mesmo tempo, nada é assim tão complexo), a experiência humana” (TODOROV, 2009, p. 77). A Literatura busca entender questões ligadas à condição humana. Seja em sentido social, existencial, político etc. Assim o “leitor comum, que continua a procurar nas obras que lê aquilo que pode dar sentido à sua vida, tem razão contra os professores, críticos e escritores que lhe dizem que a literatura só fala de si mesma ou apenas pode ensinar o desespero” (TODOROV, 2009, p. 77).

Por isso, é possível dizer que “Dante ou Cervantes nos ensinam tanto sobre a condição humana quanto os maiores sociólogos e psicólogos e que não há incompatibilidade entre o primeiro saber e o segundo” (TODOROV, 2009, p. 77). Para quem lê, a Literatura se transforma em muitas coisas: companhia, fonte de conhecimento sobre vários assuntos, passagem para outros lugares, máquina do tempo programada para o futuro ou passado, permite conhecer outras formas de enxergar a vida e o mundo, possibilita a revelação de preocupações, alegrias e tristezas. Todorov afirma:

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro (TODOROV, 2009, p. 77).

Para Sartre “ninguém é escritor por haver decidido dizer certas coisas, mas por haver decidido dizê-las de determinado modo” (SARTRE, 1999, p. 22). Sendo assim, a Literatura não “está centrada nos conteúdos, nos enredos ou nos *temas* das poesias, dos romances, das novelas, contos ou das peças de teatro, mas na *maneira* de dizer, de apresentar e de lidar com as palavras para comunicar aqueles conteúdos” (BARBOSA, 2009, p. 79, grifo do autor). Como a narrativa literária não está diretamente ligada ao conteúdo, mas à forma, ela se torna não “apenas um bom argumento apresentado de maneira convincente (verossimilhança) e prazerosa aos leitores, mas um singular, um estilo ou uma *escritura* sobre aquilo que se toma como assunto para a realização do texto literário” (BARBOSA, 2009, p. 79, grifo do autor). Diante disso, as “verdades desagradáveis — tanto para o gênero humano ao qual pertencemos quanto para nós mesmos — têm mais chances de ganhar voz e ser ouvidas numa obra literária do que numa obra filosófica ou científica” (TODOROV, 2009, p. 77).

Assim como acontece em nossas outras formas de representar e preservar o passado, como a História, memória, os documentos, os arquivos, os museus e as bibliotecas, é imprudente pensar que na Literatura cabe a realidade de forma integral. Quando entramos no campo da narrativa de ficção, encontramos junta dela a *mimesis* que é o “sentido de imitação, a representação da realidade nos suportes estéticos” (BARBOSA, 2009, p. 79). Há na narrativa de ficção uma cópia que:

o escritor, o poeta ou o dramaturgo realiza do que se convencionou chamar de mundo real, todos os elementos deste, mas que, nessa recriação, opõe-se, distancia-se e diferencia-se de tal maneira daquele que cria outra realidade, a do universo literário. Este, em última instância, possui uma realidade que lhe é própria, porém, apenas tenuamente está ligada ao mundo concreto de pessoas, lugares, tempos e fatos históricos. Enfim, ele está bem distanciado do que se convencionou chamar de conhecimento racional e universal. Vale dizer que a Literatura inspira-se do real, mas não se envolve diretamente com ele. Do contrário, estaríamos tratando do Jornalismo e não da Literatura. Aquele, pretensamente, dá a notícia do que aconteceu; aquela, embora inspirada no mundo dito objetivo, promove por meio da ficção, isto é, do imaginário, uma reconstrução, à sua maneira, do mundo que nós consideramos existir na realidade (BARBOSA, 2009, p. 79-80).

Com relação ao seu próprio mundo, ao local, personagens e acontecimentos em que a narrativa acontece, também é necessário que haja uma seleção naquilo que será dito já que “qualquer narrativa de ficção é necessariamente rápida porque, ao construir um mundo que inclui uma multiplicidade de acontecimentos e de personagens, não pode dizer tudo sobre esse mundo” (ECO, 2009, p. 9). Isto ocorre não só pela impossibilidade de se contar todos os por menores, mas também porque “todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça parte de seu trabalho” (ECO, 2009, p. 9). Que dirá Gregor Samsa, “Quando certa manhã [...] acordou de sonhos intranquilos, encontrou-se metamorfoseado num inseto monstruoso” (KAFKA, 2016, p. 7). Ou mesmo, o indiferente Mersault, que compartilha conosco a notícia que acabou de receber “Hoje, mamãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem. Recebi um telegrama do asilo: ‘Sua mãe faleceu. Enterro amanhã. Sentidos pêsames.’ Isso não esclarece nada. Talvez tenha sido ontem” (CAMUS, 2020, p. 13).

Quem escreve espera daquele/la que lê que preencha essas lacunas. O ato da escrita subentende a leitura. A pessoa que lê possui consigo uma forma de coautoria da obra, sem ela não há motivos para a escrita, não há livro. Sendo assim, o escritor não faz imposições ao leitor. É preciso pensar que, de certa forma, autores/as e leitores/as dividem o papel de trazer vida à obra literária. É de se imaginar que a função de leitores está condicionada ao seu tempo, a sua vivência, àquilo que se vê, ouve e acredita:

Ao dar forma a um objeto, um acontecimento ou um caráter, o escritor não faz a imposição de uma tese, mas incita o leitor a formulá-la: em vez de impor, ele propõe, deixando, portanto, seu leitor livre ao mesmo tempo em que o incita a se tornar mais ativo. Lançando mão do uso evocativo das palavras, do recurso às histórias, aos exemplos e aos casos singulares, a obra literária produz um tremor de sentidos, abala nosso aparelho de interpretação simbólica, desperta nossa capacidade de associação e provoca um movimento cujas ondas de choque prosseguem por muito tempo depois do contato inicial (TODOROV, 2009, p. 78).

A Literatura é um ato conjunto e “se apresenta como uma tarefa a cumprir, coloca-se de imediato ao nível do imperativo categórico. Você é perfeitamente livre para deixar esse livro sobre a mesa. Mas uma vez que o abra, você assume a responsabilidade” (SARTRE, 1999, p. 41). Já que há esta responsabilidade por parte de quem lê, cabe também, tentar entender os motivos que levam à escrita, já que:

cada um tem suas razões: para este, a arte é uma fuga; para aquele, uma maneira de conquistar. Mas pode-se fugir para um claustro, para a loucura, para a morte; pode-se conquistar pelas armas. Por que justamente *escrever*, empreender *por escrito* suas evasões e conquistas? (SARTRE, 1999, p. 33, grifo do autor).

Para Sartre, a produção artística ocorre porque o ser humano é *desvendante*. Isso significa que em relação à sua realidade, o ser humano não produz, ele detecta por intermédio de sua consciência “isto quer dizer que através dela “há” o ser, ou ainda que o homem é o meio pelo qual as coisas se manifestam [...] se sabemos que somos detectadores do ser, sabemos também que não somos seus produtores” (SARTRE, 1999, p. 33-34, grifo do autor). Dessa forma, “essa paisagem, se dela nos desviarmos, se estagnaré [...] não há ninguém suficientemente louco para acreditar que ela desaparecerá. Nós é que desapareceremos, e a terra permanecerá em sua letargia até que outra consciência venha despertá-la” (SARTRE, 1999, p. 33). Como o ser humano é *desvendante*, detecta e percebe, mas não cria, e o mundo continua, independente do olhar humano, percebemos que “à nossa certeza interior de sermos “desvendantes”, se junta aquela de sermos inessenciais à coisa desvendada” (SARTRE, 1999, p. 33, grifo do autor).

Um dos principais motivadores para a criação artística é o desejo, a necessidade existente no ser humano de se torna *essencial* “em relação ao mundo” (SARTRE, 1999, p. 34). O ato de produzir torna quem cria essencial em relação à sua criação “este aspecto dos campos ou do mar, este ar de um rosto, por mim desvendados, se os fixo numa tela ou num texto, estreitando as relações, introduzindo ordem onde não havia nenhuma[...]tenho a consciência de produzi-los, vale dizer sinto-me essencial em relação à minha criação” (SARTRE, 1999, p. 34).

Mas, o ato produtor torna quem cria inessencial em relação à sua obra, já que, é impossível produzir e desvendar ao mesmo tempo:

Não posso desvendar e produzir ao mesmo tempo. A criação passa para o inessencial em relação à atividade criadora. Primeiramente, mesmo que apareça aos outros como definitivo, o objeto criado nos parece estar sempre em suspenso: podemos sempre alterar esta linha, este colorido, esta palavra; assim o objeto jamais se *impõe*. Um pintor aprendiz perguntou ao seu mestre: ‘Quando devo considerar concluído o meu quadro?’ E o mestre respondeu: ‘Quando você puder olhá-lo com surpresa, dizendo: Fui *eu* que fiz isso’. É o mesmo que dizer: nunca. Pois isso equivaleria a considerar a própria obra com os olhos de outrem, e desvendar aquilo que se criou (SARTRE, 1999, p. 34, grifo do autor).

Ocorre que quando se cria, o que há ali, é uma parte de si mesmo em forma de objeto. Quem cria se torna inessencial diante de sua própria criação. Há esta procura em tornar-se essencial, ela se cumpre e termina na contemplação do resultado final. Mas quem produziu não pode experimentar toda a possibilidade de sua obra, visto que, conhece os meios, as escolhas e as intenções que o moveram à criação:

se nós mesmos produzimos as regras da produção, as medidas e os critérios, e se o nosso impulso criador vier do mais fundo do coração, então nunca encontraremos em nossa obra nada além de nós mesmos: nós é que inventamos as leis segundo as quais a julgamos; é a nossa história, o nosso amor, a nossa alegria que reconhecemos nela; ainda que contemplemos sem tocá-la, jamais *recebemos* dela essa alegria ou esse amor: nós o colocamos ali; os resultados que obtivemos na tela ou no papel nunca nos parecem *objetivos*; temos demasiada familiaridade com os processos que os originaram (SARTRE, 1999, p. 35, grifo do autor).

Essa característica é especialmente marcante na escrita, em relação a outras formas de expressão artísticas porque “o escritor não pode ler o que escreve, ao passo que o sapateiro pode calçar os sapatos que acabou de fazer, caso estes lhe sirvam, e o arquiteto pode habitar a casa que construiu” (SARTRE, 1999, p. 35). Isso ocorre porque a escrita depende da leitura – que precisa de outra pessoa para acontecer. Sem o ato da leitura o texto não existe, seus acontecimentos, personagens, sentidos e intenções são apenas “traços negros sobre o papel” (SARTRE, 1999, p. 35). Quem escreve não pode experimentar a totalidade da obra porque:

Ler implica prever, esperar. Prever o fim da frase, a frase seguinte, a outra página; esperar que elas confirmem ou infirmem essas previsões; a leitura se compõe de uma quantidade de hipóteses, de sonhos seguidos de despertar, de esperanças e decepções; os leitores estão sempre adiante da frase que lêem, num futuro apenas provável, que em parte se desmorona e em parte se consolida à medida que a leitura progride, um futuro que recua de uma página a outra e forma o horizonte móvel do objeto literário. Sem espera, sem futuro, sem ignorância, não há objetividade (SARTRE, 1999, p. 35-36).

Dado que a escrita pressupõe alguém distinto, que apenas a leitura pode transformar quem escreve essencial em relação à sua obra, que apenas o outro pode dar sentido e experimentar aquilo que se propõe no texto, a criação:

Só pode encontrar sua realização final na leitura, uma vez que o artista deve confiar a outrem a tarefa de completar aquilo que iniciou, uma vez que é só através da consciência do leitor que ele pode perceber-se como essencial à sua obra, toda obra é um apelo. Escrever é apelar ao leitor para que este faça passar à existência objetiva o desvendamento que empreendi por meio da linguagem (SARTRE, 1999, p. 39).

Já que escrever é um apelo para que outra pessoa dê vida ao que foi desvendado e torne quem escreveu novamente essencial em relação à sua obra, a leitura torna-se em um ato de generosidade de leitores/as. É a ação da leitura, por meio da liberdade de quem lê, que produz uma relação com quem criou o texto. Essa relação tensiona ambos, produtor e fruidor, a exigir mais um do outro:

Assim a leitura é um pacto de generosidade entre o autor e o leitor; cada um confia no outro, conta com o outro, exige do outro tanto quanto exige de si mesmo. Essa confiança já é, em si mesma, generosidade: ninguém pode obrigar o autor a crer que o leitor fará uso da sua liberdade; ninguém pode obrigar o leitor a crer que o autor fez uso da sua. É uma decisão livre que cada um deles toma independentemente. Estabelece-se então um vaivém dialético; quando leio, exijo; o que leio, então, desde que minhas exigências sejam satisfeitas, me incita a exigir mais do autor, o que significa: exigir do autor que ele exija mais de mim mesmo. Reciprocamente, a exigência do autor é que eu leve ao mais alto grau as minhas exigências. Assim a minha liberdade, ao se manifestar, desvenda a liberdade do outro (SARTRE, 1999, p. 47).

É neste movimento de apelo e generosidade que a ficção ocorre na Literatura. Neste trabalho conjunto em que o texto é o meio que permite a união de duas pessoas em tempos e locais distintos, mas que atuam juntas na construção de sentidos para si e para o outro. Um dos exercícios propostos nessa pesquisa é tentar – sem desconsiderar os limites do que é possível fazer – entender um pouco do que foi *desvendado* por Orwell no livro *1984*, mas sem se esquecer que quem lê também é responsável por trazer vida à obra e, por isso, este entendimento também leva em consideração o contexto de produção deste trabalho. Este é um dos sentidos que tornam o conceito Regime de Informação ferramenta para entendimento da obra.

#### 4. CAPÍTULO III: REGIME DE INFORMAÇÃO EM 1984

O que se propõe no terceiro capítulo do trabalho é discutir o conceito de Regime de Informação, apresentar o Regime de Informação no livro *1984* e um exercício que se utiliza do conteúdo descrito nos quadros existentes na seção de Metodologia em conjunto com as impressões que o Regime de Informação causou no que diz respeito as alterações do passado. É dentro deste último exercício que se propõe a pensar as implicações que Regime de Informação exerce nos campos da memória, História e informação.

##### 4.1 REGIME DE INFORMAÇÃO

O Regime de Informação é caracterizado por todas as decisões que envolvem a informação, desde sua produção, disseminação, circulação, organização e armazenamento. O conceito foi apresentado pela primeira vez no ano 1995, por Bernd Frohmann (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES; SOUZA, 2016, p. 62). À época, ele acreditava que existia um reducionismo com relação aos estudos acerca de políticas de informação, que estavam concentrados em aspectos governamentais (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES; SOUZA, 2016, p. 62).

O conceito de Regime de Informação, faz parte de uma de série de outros conceitos, existentes sobretudo nas Ciências Sociais, que também adotam a ideia de Regime, são eles: *Regime of wortg*, *Regime of engagement*, Regime de temporalidade e Regime de historicidade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 44). Além deles há outros tipos de regimes que “foram constituídos ao longo dos anos - regimes políticos, jurídicos, sociais, etc” (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES; SOUZA, 2016, p.63). O termo regime vem do latim e *regimen* e quer dizer: ação de conduzir, comando, governança, administração (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES; SOUZA, 2016, p. 62).

Com a ideia Regime de Informação, Frohmann desejava “fugir de uma visão instrumental que se preocupa apenas com a eficiência de fluxo informacionais, sem considerar a mútua implicação e dependência entre ciência, tecnologia, relações sociais e discursos” (BEZERRA, 2019, p.34). Para desenvolver a ideia, Frohmann inspirou-se na Teoria Ator-Rede, de “Bruno Latour, Michel Callon e outros cientistas sociais franceses associados aos chamados *Science and Technology Studies*” (BEZERRA, 2019, p. 34). A teoria é importante na medida em que a Informação circula em rede, com participação de vários atores no processo, que envolve “mútua implicação e dependência entre ciência, tecnologia, relações sociais e discursos” (BEZERRA, 2019, p. 34).

Regime de Informação é “considerado como um conceito em desenvolvimento no contexto das Ciências Sociais, especificamente na Ciência da Informação, ponderando as relações epistemológicas e políticas que envolvem as ações de informação e seus atores” (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES; SOUZA, 2016, p. 62). Autores e autoras como Sandra Braman (2004), Hamid Ekbia (2009) e, no Brasil, Maria Nélide Gonzalez de Gómez (1999, 2002, 2012a, 2012b) se debruçaram sobre a temática. Entre as visões delas/as há pontos em comum e diferenças no entendimento do fenômeno. No texto *Taking Information Policy Beyond Information Science: Applying the actor network theory*, publicado no Canadá em 1995, Frohmann apresenta pela primeira vez o conceito de Regime de Informação:

And when we think about the information flows swirling around us, whether cultural, academic, financial, industrial, commercial, institutional, or their many hybrids, we realize that they do have specific forms and structures. Let us therefore call any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels — from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users — a régime of information. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging infobahn: these are all nodes of information networks, or elements of specific régimes of information (FROHMANN, 1995, p. 5-6)<sup>25</sup>.

Alguns anos após a publicação de Frohmann, em 1999, González de Gómez afirma que o Regime de Informação é “o modo de produção informacional dominante numa formação social, que define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 27). O conceito expande as discussões e permite falar sobre poder e política sem ficar restrito ao Estado e Políticas Públicas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 27). Também afirma que o Regime de Informação:

desdobra-se, logo, num conjunto de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e sua não transparência imediata, por nele ocorrerem conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 27).

---

<sup>25</sup> Tradução nossa: E quando pensamos sobre os fluxos de informação em circulação à nossa volta, sejam eles, cultural, acadêmico, financeiro, industrial, comercial, institucional, e suas variações, nós percebemos que eles possuem formas e estruturas específicas. Vamos, portanto, chamar qualquer sistema relativamente estável ou rede em que a informação flui por determinados canais – vindas de produtores específicos, por estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos – de regime de informação. Transmissões de rádio e televisão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxo de dados, caminhos emergentes de informação: todos eles são nós de redes de informação, ou elementos específicos do regime de informação.

Seguindo com seu trabalho acerca do conceito de Regime de Informação, em 2002, González de Gómez voltou a usar o termo “recuperando-a a partir de Frohmann e valendo-se de um recorte mais amplo e flexível” (BEZERRA, 2019, p. 36). No texto, ela afirma que o Regime de Informação:

demarcaria um domínio amplo e exploratório no qual a relação entre a política e a informação – não preestabelecida – ficaria em observação, permitindo incluir tanto políticas tácitas e indiretas quanto explícitas e públicas, micro e macropolíticas, assim como permitiria articular, em um plexo de relações por vezes indiscerníveis, as políticas de comunicação, cultura e informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 35).

Já em 2012, González de Gómez reformula o seu conceito de Regime de informação, a partir das ideias de Poster (1991) e Braman (2004). A ideia de *modo de informação*, apresentado por Poster, “focalizava assim as mudanças nos cenários contemporâneos como tendo um caráter eminentemente cultural, afetando principalmente a constituição da subjetividade e os modos de formação de identidades” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 29). Desta forma, ele está interessado em discutir “as novas formações linguísticas que alteram a rede de relações sociais” (BEZERRA, 2019, p. 36). Gómez apresenta que para Poster as principais áreas que dizem respeito ao *modo de informação* são “as formas de armazenagem e recuperação de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 29) e “os arranjos comunicacionais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 29). Sobre as formas de armazenagem e recuperação de informação comenta que:

As memórias exteriorizadas são histórica e culturalmente dependentes e determinantes do modo de informação dominante. O modo de informação estabeleceria historicamente os limites sociais da memória (o poder seletivo do lembrar e do esquecer manifesto em monumentos, coleções, acervos, fundos documentários; hábitos e padrões) e as formas reguladas e distribuídas de preservação e acesso. Como exemplo, a impossibilidade de manter-se interações comunicativas simultâneas nos grandes territórios, modernamente unificados pelos Estados nacionais (tempo e espaço, no discurso de Innis), daria lugar a formas específicas de coleta, armazenagem, tratamento e disponibilização de informações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 29).

Em seguida, sobre os arranjos comunicacionais, “ao intervir no estabelecimento, promoção ou interrupção de redes de relações intersubjetivas, são constitutivos da sociabilidade e dos planos e formas da ação coletiva” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 29). No entendimento de Braman, o resultado semântico de regime e informação é de ordem da política internacional (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 29). Para González de Gómez, o conceito de Regime de Informação em Braman:

operacionaliza uma zona de visibilidade sobre a passagem contínua das dinâmicas sócio-culturais às formas regulamentadas ou ainda juridicamente definidas da ordem política (leis, programas). Nessa direção, a teoria do regime não substitui, mas realimenta os estudos da política de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 29).

Sobre a teoria Ator-Rede, usada como um dos pilares para Frohmann no desenvolvimento do seu conceito para Regime de Informação, González de Gómez afirma que “oferece um instrumental de captura e descrição que pareceria apto para a reconstrução ampliada dos componentes heterogêneos dos fluxos de informação nos novos contextos sócio-técnicos (informação-artefato, formação de rede)” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 31). Por fim, ela afirma que as “três abordagens - Poster, Braman e Frohmann - compartilhariam a necessidade de desenhar um horizonte mais amplo sobre o qual pensar a informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 31). À luz destes três pensamentos sobre o Regime de Informação, ela apresenta o seu próprio:

**O regime de informação** remete à distribuição do poder formativo e seletivo entre atores e agências organizacionais, setores de atividades, áreas do conhecimento, regiões locais e redes internacionais e globais, seja pela definição e construção de zonas e recursos de visibilidade informacional, seja pela sonogação e/ou substituição de informações de outro modo socialmente disponíveis ou acessíveis, seja por efeitos não totalmente intencionais da agregação de ações e meios, sobre aquilo que se define, propicia e mobiliza como valores de informação. Aponta, por outro lado, a mudança de escala dos processos e questões de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 28, grifo da autora).

Há distinções entre as concepções apresentadas por Frohmann e González de Gómez. Frohmann “detém-se nos artefatos tecnológicos e na viabilidade do trânsito informacional em rede a partir de duas bases teóricas” (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES; SOUZA, 2016, p.62). A primeira diz respeito “à noção de poder de M. Foucault, considerando os dispositivos de poder além do Estado e de outras instituições, se efetivando na formação discursiva por meio da materialidade de sujeitos e documentos” (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES; SOUZA, 2016, p.65). A segunda base teórica de Frohmann é a já citada Teoria Ator-Rede. Já González de Gómez

aborda seu conceito sob o aspecto político (poder e valor) sem perder o viés da ação comunicativa habermasiana, buscando uma espécie de relação entre um argumento hipotético-dedutivo popperiano e os aspectos hermenêuticos da informação, através do uso comunicativo da linguagem apropriado à informação (BEZERRA; SILVA; GUIMARÃES; SOUZA, 2016, p. 65-66).

Percebe-se que o conceito de Regime de Informação está em construção e que, assim como o conceito de Informação, é possível o uso de abordagens diferentes que podem – ou não – se complementar. Independente da perspectiva usada, a ideia de Regime de Informação parece

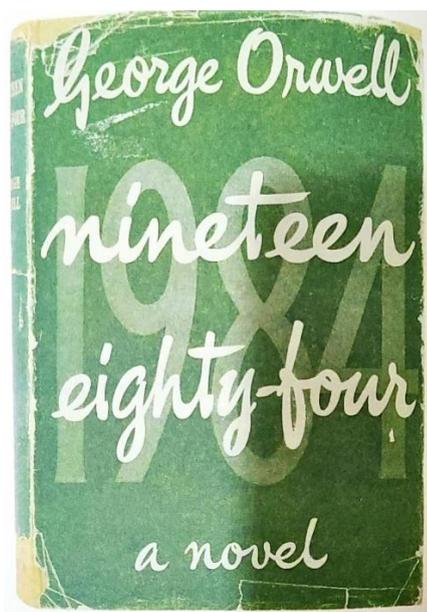
dizer respeito aos fluxos em que a informação transita desde quem produz até aquele/la que precisa dela. Levando em consideração as tomadas de decisão, infraestrutura, organização e armazenamento. Atores sociais que operam em rede em que suas ações resultam em uma determinada situação informacional em que “cada nova configuração de um regime de informação, resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sócio-cultural e política” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 32).

No livro *1984*, tanto a visão técnica de Frohmann, quanto a visão política de González de Gómez, fazem sentido. Mas, diante da problemática apresentada na obra, há mais coerência no uso da abordagem política em detrimento da técnica. Essa interpretação é mais apropriada porque o uso dos meios técnicos está sujeito à dimensão política. Eles estão à serviço de uma camada diferente, de tomada de decisões. Não é interesse desta pesquisa comparar o Regime de Informação em *1984* com os Regimes existentes na realidade. Mas é preciso pontuar que na obra, diferentemente do mundo contemporâneo, o Regime é centralizado. Isso significa que na obra há apenas uma rede que detém os modos de produção e poder na estrutura vigente.

#### **4.2 REGIME DE INFORMAÇÃO EM 1984**

O livro *1984*, entre outros elementos, apresenta um complexo sistema de controle da produção, organização e disseminação da informação. Todo este contexto acontece dentro da instituição chamada Ministério da Verdade. O arranjo para execução dessas manobras se mostra bastante complexo, muito embora a situação seja apenas parcialmente narrada por causa da estrutura do texto que segue o protagonista Winston Smith, que não conhece todos os detalhes daquilo que acontece naquele lugar. Fato que torna o livro ainda mais interessante e significativo, já que, nós também não conhecemos nosso Regime de Informação de maneira integral, assim como Winston.

Figura 1 - Primeira edição – segunda impressão



Fonte: PEN, 2019<sup>26</sup>.

Mesmo assim, uma parcela considerável dos processos que envolvem as alterações dos documentos, nas informações é apresentada durante o texto. Smith trabalha no Departamento de Documentação<sup>27</sup> que é um setor que funciona dentro do Ministério da Verdade. Sua principal função é, usando o termo apresentado no livro, *retificar* textos presentes em documentos de arquivos, livros, edições passadas do jornal que circula chamado, não à toa, *Times* e toda forma de representações escritas do passado. Essas retificações são executadas em resposta a situações do presente.

As retificações, entre outras coisas, buscam criar um efeito de acerto em declarações e previsões, além de apagar ou criar pessoas, dependendo da situação e do que ela exige. Dessa forma, um único texto pode ter sido alterado infinitas vezes, mas ainda assim, carrega em si um status de originalidade. O livro demonstra um possível resultado para essa falta de confiabilidade de seus registros do passado. Ocorre uma forma de descolamento da realidade, de forma que o indivíduo e também a coletividade deixam de possuir o mínimo para se localizar no tempo e no espaço. Questões básicas como idade, ano corrente e, uma pergunta repetida várias vezes pelo protagonista – como era a vida anterior ao Regime existente – perderam suas respostas na infinidade de retificações executadas. A Informação assume função central no

<sup>26</sup> PEN, Marcelo. **1984**: 70 anos em capa. 2019. 1 fotografia.

<sup>27</sup> Para facilitar o acesso aos conteúdos propostos nesta pesquisa, optou-se por não utilizar o texto original da obra que foi redigida na língua inglesa. A tradução que será usada nesta pesquisa foi escrita por Alexandre Hubner e Heloísa Jahn e está disponível na primeira edição lançada pela companhia das letras em 2009. Recentemente, a obra de Orwell entrou em domínio público fato que impulsionou a elaboração de novas edições e traduções do livro.

contexto em questão. É ela que é alterada de forma a concordar com o presente, sem nenhum compromisso com a realidade. O livro, que é classificado como ficcional, vai criando dentro de sua narrativa mais camadas de ficção. O que se percebe é que há um Regime de Informação, que pode ser entendido como:

o modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (GONZÁLEZ DE GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 1).

Como dito anteriormente, o Regime de Informação presente não é completamente conhecido por Winston, por consequência também não é apresentado para nós leitores/as. Não se sabe de onde vêm as ordens responsáveis pelas escolhas do que será alterado, também não é esclarecido para onde vão os textos depois de alterados, além disso, não é esclarecido qual versão da alteração será arquivada, visto que não sabemos quantas pessoas estão realizando a mesma modificação. Por outro lado, é possível conhecer o aparato técnico, algumas questões sobre a tomada de decisões, as motivações e os recursos.

Analisando o livro por meio da ideia de Regime de Informação, é possível perceber que há uma intencionalidade em criar esquecimentos. Mas nos cabe entender que esquecimento é este que é construído e expresso na obra. Se, em princípio, o esquecimento é visto como uma espécie de falha da memória e lembrar de tudo seria “monstruoso” (RICOEUR, 2007, p. 424) como exposto no conto *Funes, o memorioso* de José Luis Borges, é interessante buscar compreender quais são as camadas e possibilidades existentes deste fenômeno. Huysen afirma sobre o esquecimento que:

quando se trata de teoriza-lo, o esquecimento aparece, na melhor das hipóteses, como um complemento inevitável da memória, uma deficiência, uma falta a ser suprida, e não como fenômeno de múltiplas camadas que serve como a própria condição de possibilidade da memória (HUYSSSEN, 2014, p. 155).

Outro fator que é preciso levar em consideração, principalmente dentro do contexto de Regime de Informação, são os processos de seleção de acervos realizados por profissionais de CI. Se olhado com o contexto da CI, Winston é um profissional da Informação daquele Regime apresentado na obra. Já o Ministério da Verdade pode ser compreendido como uma instituição de informação. As atividades desempenhadas por eles, profissionais e instituição, são centrais nesta construção de esquecimento.

Os primeiros capítulos do livro parecem ter o propósito de apresentar aos/as leitores/as os elementos centrais que formam a vida em Londres, situada na Oceânia - país que, embora

seja fictício, ocupa o espaço que compreende a Grã-Bretanha, Américas, Oceania e parte da África. Logo no segundo parágrafo nos é apresentada a figura do Grande Irmão que é um símbolo do Estado no livro:

Numa das extremidades, um pôster colorido, grande demais para ambientes fechados, estava pregado na parede. Mostrava simplesmente um rosto enorme, com mais de um metro de largura: o rosto de um homem de uns quarenta e cinco anos, de bigodão preto e feições rudemente agradáveis (ORWELL, 2009, p. 11).

A figura do Grande Irmão só aparece por meio de imagens impressas em “moedas, nos selos, nas capas dos livros, em bandeiras, em cartazes e nas embalagens dos maços de cigarros – em toda parte” (ORWELL, 2009, p. 38), não ficando claro se ele realmente existe ou se é uma figura simbólica. No entanto, sempre que sua imagem aparece, seja nas paredes ou nas *teletelas*, ela é seguida da frase “o grande irmão está de olho em você” (ORWELL, 2009, p. 12). A vigilância é constante:

Sempre aqueles olhos observando a pessoa e a voz a envolvê-la. Dormindo ou acordada, trabalhando ou comendo, dentro ou fora de casa, no banho ou na cama —não havia saída. Com exceção dos poucos centímetros que cada um possuía dentro do crânio, ninguém tinha nada de seu. (ORWELL, 2009, p. 38)

Existe implícito nesta expressão que há um aparato estatal e tecnológico para tornar isso possível. Não é à toa que Orwell, de maneira bastante sutil, apresenta o conceito de *teletela* logo após ao Grande Irmão, no parágrafo seguinte:

No interior do apartamento, uma voz agradável lia alto uma relação de cifras que de alguma forma dizia respeito à produção de ferro-gusa. A voz saía de uma placa oblonga de metal semelhante a um espelho fosco, integrada à superfície da parede da direita. Winston girou um interruptor e a voz diminuiu um pouco, embora as palavras continuassem inteligíveis. O volume do instrumento (chama-se teletela) podia ser regulado, mas não havia como desliga-lo completamente (ORWELL, 2009, p. 12).

As *teletelas* são dispositivos que recebem e transmitem conteúdos audiovisuais o tempo todo. Sua programação pode variar entre comunicados, propagandas, musicais e várias outras, mas sempre refletem o objetivo centralizador do Estado da Oceânia. Embora inovações tecnológicas não façam parte das discussões propostas nesse trabalho, é interessante notar a precisão que Orwell descreveu esse tipo de dispositivo que só se tornou popular anos mais tarde:

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto. Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico. Tentar adivinhar o sistema utilizado pela Polícia das Ideias para conectar-se a cada aparelho individual ou a frequência com que o fazia não passava de especulação. Era possível inclusive que ela controlasse todo mundo o tempo

todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. Você era obrigado a viver — e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto — acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente (ORWELL, 2009, p. 13).

Em seguida é apresentada parte da estrutura estatal responsável por todas decisões tomadas no local, entre elas as decisões de ordem informacional. O que mais chama a atenção é o Ministério da Verdade que, na realidade, produz mentiras<sup>28</sup>. Além de abrigar o Departamento de Documentação, no local também funcionam setores como o departamento de ficção. É interessante notar que a disposição escolhida por Orwell para existir dentro da estrutura do Ministério da Verdade comporte os Departamentos de Documentação e ficção juntos. O livro afirma que a principal função do Ministério:

não era reconstruir o passado e sim abastecer os cidadãos da Oceânia com jornais, filmes, livros escolares, programas de teletela, peças dramáticas, romances — com todo tipo imaginável de informação, ensino ou entretenimento, de estátuas a slogans, de poemas líricos a tratados de biologia, de cartilhas de ortografia a dicionários de Novafala (ORWELL, 2009, p. 57).

Winston trabalha no Departamento de Documentação, que faz parte do Ministério da Verdade. Sua função é realizar “retificações” em arquivos do jornal *Times*<sup>29</sup>. Pela maneira que a narrativa do livro é construída não é possível saber exatamente todo o processo de realização dessas retificações. O livro apresenta de maneira geral a situação:

Depois de efetuadas todas as correções a que determinada edição do Times precisava ser submetida e uma vez procedida a inclusão de todas as emendas, a edição era reimpressa, o original era destruído e a cópia corrigida era arquivada no lugar da outra. Esse processo de alteração contínua valia não apenas para jornais como também para livros, periódicos, panfletos, cartazes, folhetos, filmes, trilhas sonoras, desenhos animados, fotos — enfim, para todo tipo de literatura ou documentação que pudesse vir a ter algum significado político ou ideológico (ORWELL, 2009, p. 54).

É necessário destacar que toda a relação das personagens do livro com as fontes de Informação é mediada, ou selecionada, pelos responsáveis pelo Departamento de

---

<sup>28</sup> No contexto do livro o nome da instituição é um exercício de *duplipensamento*, que é outra ferramenta utilizada pelo partido. Significa “Saber e não saber, estar consciente de mostrar-se cem por cento confiável ao contar mentiras construídas laboriosamente, defender ao mesmo tempo duas opiniões que se anulam uma à outra, sabendo que são contraditórias e acreditando nas duas; recorrer à lógica para questionar a lógica, repudiar a moralidade dizendo-se um moralista, acreditar que a democracia era impossível e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo o que fosse preciso esquecer, depois reinstalar o esquecido na memória no momento em que ele se mostrasse necessário, depois esquecer tudo de novo sem o menor problema: e, acima de tudo, aplicar o mesmo processo ao processo em si. Está a última sutileza: induzir conscientemente a inconsciência e depois, mais uma vez, tornar-se inconsciente do ato de hipnose realizado pouco antes. Inclusive entender que o mundo em “duplipensamento” envolvia o uso do duplipensamento.” (ORWELL, 2009, p. 48). Dessa forma, parece implícito que a ideia de verdade contida no nome da instituição passa por este processo. O mesmo acontece no *slogan* do partido: guerra é paz; liberdade é escravidão; ignorância é força.

<sup>29</sup> Jornal fictício corrente no livro.

Documentação. Como a produção, disseminação, organização e arquivamento informacional é centralizado, quando uma destas retificações é realizada torna-se “absolutamente impossível provar a ocorrência de qualquer tipo falsificação” (ORWELL, 2009, p. 54). Os registros do passado são manipulados constantemente de forma que a “História não passava de um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário” (ORWELL, 2009, p. 54), de forma que “Tudo ia empalidecendo num mundo de sombras em que, por fim, até mesmo o ano em que estavam se tornava incerto” (ORWELL, 2009, p. 55-56). Além de existir clara negação do que é feito “Alguns números do *Times* que[...] podiam ter sido reescritos uma dúzia de vezes continuavam arquivados com sua data original de publicação, sem que houvesse outro exemplar para contradizê-lo” (ORWELL, 2009, p. 54).

Existe uma grande infraestrutura para a realização de todas essas retificações. Como a narrativa acompanha Winston, e ele próprio não conhece toda a estrutura existente, é descrito o equipamento que ele tem contato e o que é possível supor. Nas estações de trabalho “viam-se três orifícios. À direita do ditógrafo, um pequeno tubo pneumático para as mensagens escritas; à esquerda, um tubo de maior calibre para os jornais” (ORWELL, 2009, p. 51).

Também existe os chamados “buracos da memória” que é uma rede de tubos que foi criada para descarte de papel de todas as ordens. Eles estão por toda parte e terminam em uma fornalha. Sua função, assim como grande parte da infraestrutura existente, é produzir esquecimento. Pedacos de informação, que na maioria das vezes, não carregam em si nenhuma relação com a realidade e, mesmo assim, precisam ser destruídos. Desta forma:

Quando a pessoa sabia que determinado documento precisava ser destruído, ou mesmo quando topava com um pedaço qualquer de papel usado, levantava automaticamente a tampa do buraco da memória mais próximo e o jogava ali dentro, e então o papel ia torvelinhando numa corrente de ar quente até cair numa das fornalhas descomunais que permaneciam ocultas nos recessos do edifício (ORWELL, 2009, p. 51).

É possível enxergar no texto de Orwell como a memória, sobretudo sua forma documental, está atrelada aos registros informacionais. Acontece que, como nas questões informacionais, os esforços de memória sempre partem de Winston. Quando acontecem estas tentativas de se lembrar, seja acontecimentos de ordem pessoal ou circunstâncias coletivas, invariavelmente tropeçam na falta de registros que representem o passado:

Até o fim da década de 1950, nenhum problema; daí em diante, tudo desbotava. Na ausência de todo e qualquer registro externo a que recorrer, até mesmo o contorno de sua própria vida perdia a nitidez (ORWELL, 2009, p. 44).

No livro, fica implícito que o próprio ato de lembrar é condenável e, no limite, impossível. Quando Winston inicia um diário com papel e uma pena para escrever, essa estrutura de memória em si é proibida, ele percebe que não importa o que ele registre, na realidade, a escrita em si mesma já é reprovada. Ou seja, se um diário existe para registrar aquilo que se pensa, acima disso, aquilo que se lembra e o ato de escrever é reprovável, não seria o ato de lembrar também proibido?

Não consegui evitar uma fisgada de pânico. Um absurdo, já que escrever aquelas palavras específicas não era mais perigoso do que o ato inicial de começar um diário; por um momento, porém, teve a tentação de arrancar as páginas inutilizadas e deixar todo o projeto de lado. Não o fez, porém, porque sabia que era inútil (ORWELL, 2009, p. 29).

Toda essa situação traz à mente a tábua de cera usada na Grécia antiga para escrita. Um utensílio que era barato e de fácil manuseio, tinha como uma de suas características a possibilidade de reuso. O conteúdo escrito poderia ser apagado com facilidade quantas vezes fossem necessárias e a tábua poderia ser novamente usada como nova. É exatamente esse ponto que chama a atenção no livro de Orwell: o Regime de Informação alterando o passado constantemente, uma vida sustentada em uma tábua de cera.

Também é necessário comentar o livro *Teoria e prática do coletivismo oligárquico*, de Emmanuel Goldstein, que Winston lê na segunda parte da obra. O livro é supostamente usado como uma iniciação para aqueles/as que desejam lutar contra o partido. Não sabemos se ele de fato foi escrito por algum grupo contrário ou se foi integralmente pensado e usado pelo partido como isca para identificar pessoas que são avessas ao Regime do partido<sup>30</sup>. O livro de Goldstein tem “caráter enciclopédico e didático, em terceira pessoa do singular, como se fosse um narrador onisciente e externo aos acontecimentos” (TAVARES, 2013, p. 57-58).

Independentemente de quem escreveu o livro creditado a Goldstein, ele é esclarecedor de vários aspectos do Regime de Informação apresentado na primeira da obra de Orwell. Ele é dividido em três capítulos: I – Ignorância é Força, II – Liberdade é Escravidão e III – Guerra é Paz. Cada capítulo é nomeado por um dos lemas do partido que juntos condensam toda a estrutura política da Oceânia. O livro de Goldstein não é revelado para nós leitores/as em sua totalidade, visto que Winston não tem oportunidade de ler o capítulo II<sup>31</sup>. O capítulo III apresenta explicações com relação à guerra corrente, sem acréscimos ao Regime de Informação.

---

<sup>30</sup> Pelo enredo geral do livro a ideia de ser uma isca parece mais razoável.

<sup>31</sup> Orwell optou por revelar as explicações sobre o lema Liberdade é Escravidão em forma de diálogo entre Winston e O’Brien na terceira parte de *1984*.

Por isto nossa análise fica limitada ao capítulo I. É interessante reforçar que o conteúdo do livro de Goldstein não apresenta nada novo, sendo um exercício de organização da informação:

O livro o fascinava, ou, mais exatamente, tranquilizava-o. Em certo sentido não lhe dizia nada de novo, o que era parte do fascínio. Dizia o que ele teria dito, se tivesse a capacidade de organizar seus pensamentos dispersos. Era o produto de uma mente semelhante à dele, porém muitíssimo mais poderosa, mais sistemática, menos amedrontada (ORWELL, 2009, p. 236).

Mesmo não apresentando nada de novo, existem aprofundamentos acerca do Regime de Informação existente e maiores detalhes sobre todos os elementos contidos nos quadros um, três e quatro existentes no trecho de Metodologia deste trabalho. O primeiro deles é o Grande Irmão que “é infalível e todo-poderoso. Todos os sucessos, todas as realizações, todas as vitórias, todas as experiências científicas, todo o conhecimento, toda a sabedoria, toda a felicidade, toda a virtude seriam um produto direto de sua liderança e inspiração” (ORWELL, 2009, p. 245). Também é reforçada a dúvida sobre sua existência “ninguém jamais viu o Grande Irmão. Ele é um rosto nos cartazes, uma voz na teletela. Podemos alimentar razoável certeza que jamais morrerá, e já existe considerável discussão quanto ao ano em que nasceu” (ORWELL, 2009, p. 245).

Já o Núcleo do Partido possui ao todo seis milhões de pessoas e são considerados o cérebro do partido (ORWELL, 2009, p. 245). A inclusão ou não de pessoas neste grupo não está ligada a fatores hereditários, e sim, a uma prova prestada aos dezesseis anos (ORWELL, 2009, p. 246). Seu objetivo é dominar porque “um grupo dominante continua sendo um grupo dominante enquanto puder nomear seus sucessores[...] Não importa quem exerce o poder, contanto que a estrutura hierárquica permaneça imutável” (ORWELL, 2009, p. 247). Todos os membros do partido são vigiados pela Polícia das Ideias:

Mesmo quando sozinhos, nunca podem ter certeza de que estão sós. Onde quer que estejam, dormindo ou acordados, trabalhando ou descansando, no banho ou na cama, podem ser inspecionados sem aviso e sem tomar conhecimento de que estão sendo inspecionados. Nada do fazem é indiferente. Seus amigos, suas distrações, seu comportamento para com esposa e filhos, a expressão de seus rostos quando estão sozinhos, as palavras que murmuram no sono, mesmo os movimentos característicos de seus corpos, são rigorosamente escrutinados. Não apenas seus delitos efetivos, mas toda excentricidade, por menor que seja, toda mudança de hábitos, todo maneirismo nervoso que apresente a possibilidade de ser sintoma de um conflito interno, não deixam de ser detectados (ORWELL, 2009, p. 248).

Dessa forma, é esperado deste grupo social que “não tenha emoções privadas nem momentos de suspensão do entusiasmo” (ORWELL, 2009, p. 249). Eles devem viver em “frenesi contínuo de ódio aos inimigos estrangeiros [...] e júbilo diante das vitórias e de autodepreciação diante do poder e da sabedoria do partido” (ORWELL, 2009, p. 249). Eles

precisam viver com a “crença de que o Grande Irmão é onipotente e o Partido Infalível. Mas, dado que na realidade o Grande Irmão não é onipotente e o Partido não é infalível, existe a necessidade de adota-se o tempo todo uma flexibilidade incessante no tratamento de dados” (ORWELL, 2009, p. 249).

O duplipensamento também é explicado de forma mais organizada e profunda. Ele é “a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas” (ORWELL, 2009, p. 249). Além disso “era preciso, também, praticar uma espécie de atletismo mental: num momento recorrer ao raciocínio lógico mais sofisticado, e no momento seguinte ignorar os equívocos lógicos mais grosseiros” (ORWELL, 2009, p. 325). É ferramenta essencial para o exercício de mental de alteração do passado, junto com os registros documentais. O passado é alterado por:

duas razões, umas das quais secundária e, por assim dizer, preventiva. A razão secundária é que o membro do partido, tal como o proletário, tolera as condições vigentes em parte porque não dispõe de termos de comparação. Deve ser afastado do passado [...] porque é necessário que acredite que está em melhor situação do que seus antepassados e de que o padrão médio de conforto aumenta ininterruptamente. Mas, de longe, a razão mais importante para que se reajuste o passado é a necessidade de salvaguardar a infabilidade do partido (ORWELL, 2009, p. 249).

Assim, dentro da estrutura apresentada no livro o passado é controlado por meio das manipulações dos registros físicos e do duplipensamento. Ou seja, a memória no sentido de documento e a memória entendida como imagem do passado que retorna à consciência, a lembrança. Isso implica nas “ocasiões em que é recriado na forma exigida pelas circunstâncias, a nova versão passa a ser o passado, e nenhum outro passado pode ter existido algum dia” (ORWELL, 2009, p. 249). Acontece porque de um lado os registros são todos alterados e, do outro, as pessoas precisam usar duplipensamento em suas lembranças e esquecimento para acreditar naquilo é que contado.

Veremos que o controle do passado depende acima de tudo do treinamento da memória. Garantir que todos os registros escritos estão de acordo com a ortodoxia do momento é um mero ato mecânico. Mas é necessário lembrar-se que os fatos se passaram da maneira desejada. E caso seja necessário reorganizar nossas memórias ou alterar os registros escritos, também será necessário esquecer que o fizemos. O modo como se produz isso pode ser aprendido, como qualquer outra técnica mental (ORWELL, 2009, p. 251-252).

Mesmo que “o capítulo I não lhe dissera nada que ainda não soubesse, apenas sistematizara o conhecimento que já possuía” (ORWELL, 2009, p.255), Winston percebeu que “mais claramente que do que antes que não estava louco. O fato de ser uma minoria, mesmo uma minoria de um, não significava que você fosse louco. Havia verdade e havia inverdade, e

se você agarrasse a verdade, mesmo que mundo inteiro o contradissesse, não estaria louco” (ORWELL, 2009, p. 256).

Seguindo para a terceira parte do livro – de Orwell, não de Goldstein – o enredo encontra seu ápice. E é revelado seu objetivo último “não haverá arte, nem literatura, nem ciência. Quando formos onipotentes, já não precisaremos da ciência. Não haverá distinção entre beleza e feiura. Não haverá curiosidade, nem deleite com o processo da vida. Todos os prazeres serão eliminados” (ORWELL, 2009, p. 312). Também exposta a última fronteira do controle exercido “se você quer formar uma imagem do futuro, imagine uma bota pisoteando um rosto humano – para sempre” (ORWELL, 2009, p. 312). O que cabe aqui é pensar as consequências deste Regime na concepção de passado, memória e esquecimento no livro. Alguns diálogos de Winston com O’Brien mostram bem a situação geral.

O primeiro deles diz respeito a única situação em que Winston teve em suas mãos uma prova das alterações de um documento. O caso de Jones, Aaronson e Rutherford, que eram antigos líderes revolucionários, do período que resultou no surgimento do partido. Em certa ocasião, Winston recebeu por engano uma “página arrancada de um número do Times de cerca de dez anos antes — a metade superior da página, de modo que a data aparecia ali — e continha uma fotografia [...]. Destacavam-se, no centro do grupo, Jones, Aaronson e Rutherford.” (ORWELL, 2009, p. 96). A principal questão acerca deste documento era:

A questão era que nos dois julgamentos eles haviam confessado que naquela data se encontravam em solo eurasiático. Teriam partido de um campo de pouso secreto em território canadense e voado até algum ponto da Sibéria, onde haviam se reunido com membros do Estado-Maior Eurasiático, a quem haviam revelado importantes segredos militares. A data se fixara na memória de Winston porque casualmente coincidia com o solstício de verão; mas a história toda também devia estar registrada em outros incontáveis lugares. Só havia uma conclusão possível: as confissões eram mentirosas (ORWELL, 2009, p. 98).

Por uma única vez em toda sua vida, Winston teve em suas mãos um documento após sua manipulação. O que era novidade não é o conhecimento das alterações – já que ele mesmo executava – mas o fato daquele jornal existir após a concretização da falsificação. À frente no texto, Winston está diante de O’Brien que mostra a mesma foto – fato que coloca em questão o real funcionamento dos buracos da memória, já que Winston havia destruído ela anteriormente – e “a pôs diante de seus olhos por um instante; depois tornou a ocultá-la. Mas Winston a vira, isso era inquestionável! [...] Tudo o que queria ter novamente aquela foto entre seus dedos, ou ao menos olhar de novo para ela” (ORWELL, 2009, p.290). Era evidência única que poderia ligar ele outra vez a um passado. Mesmo que aquela foto já tivesse sido falsificada anteriormente, para ele não importa. Então O’Brien “foi até o outro lado da sala. Havia um

buraco da memória na parede oposta. [...] levantou a grade. Sem que ninguém a visse, a frágil tira de papel agora rodopiava na corrente de ar quente; desaparecia numa língua de fogo” (ORWELL, 2009, p. 290).

Em seguida, O’Brien diz “‘Cinzas [...] Nem mesmo cinzas identificáveis. Pó. Ela não existe. Nunca existiu’” (ORWELL, 2009, p.290). Com a dupla manipulação, dos documentos e das mentes, ele realmente acredita nisto. Winston que ainda se lembrava diz “‘Mas existiu! Ainda existe! Existe na memória. Eu me lembro. Você se lembra’” (ORWELL, 2009, p. 290). Diante disso, é exposto um dos segredos do partido – e uma das preocupações do próprio Orwell – em seu limite. O’Brien diz “‘Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado’” (ORWELL, 2009, p. 290). Logo depois, segue o diálogo

‘Por acaso o passado existe concretamente no espaço? Há em alguma parte um lugar, um mundo de objetos sólidos, onde o passado esteja acontecendo?’  
 ‘Não.’ ‘Então onde o passado existe, se de fato existe?’ ‘Nos documentos. Está registrado.’ ‘Nos documentos. E...?’ ‘Na mente. Na memória humana.’ ‘Na memória. Muito bem. Nós, o partido, controlamos todos os documentos e todas as lembranças. Portanto, controlamos o passado, não é mesmo?’  
 (ORWELL, 2009, p. 290-291).

O livro deixa transparecer preocupações e temáticas que extrapolam seu conteúdo. O passado, que é este anteriormente acontecido e que se faz como fonte de estudo de vários campos do conhecimento, é reduzido a nada. Só existiu aquilo que responde aos interesses imediatos. Não restam evidências de alterações. Ninguém se lembra de algo diferente do registrado. Mesmo que aconteça, como é o caso de Winston, de não se esquecer imediatamente, ocorrem pelo menos três problemas. O primeiro diz respeito à falta de documentos que ligam aquilo que se lembra a aquilo que aconteceu. O segundo é o natural esquecimento a que a memória humana está constantemente sujeita. O último, que foge ao descrito no enredo livro, e vem na esteira dos estudos sobre Memória Coletiva de Maurice Halbwachs (1996), que é a falta de cumplicidade daquilo que se lembra. Já que, lembrar sozinho é indício de loucura, engano ou mentira.

Se pensado a partir do esquecimento, e não da lembrança, notamos que há o oposto daquele esquecimento feliz comentado anteriormente com base no *A genealogia da moral* de Nietzsche. Winston quer saber, deseja lembrar. Mas não há meios, sejam documentais, em grupo ou individualmente. Ele vive em presente sem futuro e sem passado. Ou mesmo, como é possível pensar, ele vive em presente sem possibilidade de imaginar um outro futuro e sem meios de se lembrar de algum passado.

A situação de Winston se agrava porque em seu mundo o controle da informação é centralizado, não há outra forma de buscar este insumo além daqueles que conhecemos na

narrativa. Está é uma característica marcante na obra de Orwell – que a diferencia de seus pares ditópicos como *Nós*, *Admirável Mundo Novo*, *Fahrenheit 451* – aqui não há escape, nem respiro, o controle não é feito por prazer ou distração, e sim pelo medo e ódio. Quem não se encaixa não tem escapatória, como é o caso mesmo de Winston, já que ao final ele “conquistara a vitória sobre si mesmo. Winston amava o Grande Irmão” (ORWELL, 2009, p. 346).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento total do trabalho, o que vem ao pensamento são os assuntos que poderiam ter sido abordados, mas não foram. O primeiro deles é a questão, já comentada, do cotidiano. Na segunda parte do livro de Orwell, existe uma série de consequências que o Regime de Informação impõe à rotina de Winston e sua companheira Júlia. Uma vez que o ser humano “nasce já inserido em sua cotidianidade” (HELLER, 2000, p. 18). E que amadurecer “significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo *adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão*. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade” (HELLER, 2000, p. 18, grifo da autora).

Como esses elementos do cotidiano se mostram como força além de nosso controle, assim mesmo como o Regime de Informação, de forma que o ser humano precisa aprender com o “grupo os elementos da cotidianidade (por exemplo, que deve levantar e agir por sua conta; ou o modo de cumprimentar, ou ainda como comportar-se em determinadas situações, etc.)” (HELLER, 2000, p. 19). E é adulto quem é capaz de se adaptar e conviver com esse sistema e “se manter autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente” (HELLER, 2000, p. 18). Seria interessante entender com maior aprofundamento quais são as implicações de um Regime de Informação como o apresentado no livro de Orwell em questões do dia-a-dia das pessoas, principalmente se levarmos em consideração a impossibilidade de mudanças, que a obra faz questão de reforçar com frequência.

Outra temática que se mostra interessante é a questão dos meios técnicos. O Regime de Informação apresentado na obra é fundamentado nos recursos e ferramentas técnicas existentes no período de sua escrita, de forma que, se torna difícil separar o regime do Grande Irmão dos documentos, jornais e da teletela. À luz deste assunto, é possível buscar formas de compreendermos alguns aspectos do nosso próprio Regime de Informação. Considerando que atualmente, estamos vivendo uma mudança nos meios informacionais. O que ocorre é que o

maior uso dos meios eletrônicos para atividades corriqueiras, como a leitura, por exemplo, se constitui como uma mudança mais revolucionária que a prensa de tipos móveis, de Gutenberg. A transformação que a invenção de 1450 causou não:

é tão absoluta como se diz: um livro manuscrito (sobretudo nos seus últimos séculos, XIV e XV) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais – as do códex. Tanto um como outro são objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão dos cadernos. Estes cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. A distribuição do texto na superfície da página, os instrumentos que lhe permitem as identificações (paginação, numerações), os índices e os sumários: tudo isto existe desde a época do manuscrito. Isso é herdado por Gutenberg e, depois dele, pelo livro moderno (CHARTIER, 1998, p. 7-8).

Dessa forma, “há, portanto, uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso, embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra” (CHARTIER, 1998, p. 9). Já a mudança do formato físico para o eletrônico exige a necessidade de que se “procure uma palavra mais radical para definir aquilo que está ocorrendo. Trata-se de um corte, uma fratura” (CHARTIER, 1998, p. 9). A organização do texto acontece de maneira distinta daquela anteriormente estabelecida, de forma que, a mudança atual não se limita ao material, mas a própria leitura:

Existe propriamente um objeto que é a tela sobre a qual o texto eletrônico é lido, mas este objeto não é mais manuseado diretamente, imediatamente, pelo leitor. A inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de uma estrutura em cadernos, folhas e páginas. O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler (CHARTIER, 1998, p. 9).

Essas alterações de formato e de natureza da leitura fazem parte do conjunto de mudanças que estamos vivendo e que formam nosso Regime de Informação. Outra característica presente em nosso regime é a obsolescência, que fica cada vez mais rápida. Parece existir uma proximidade entre os buracos da memória, presentes no livro de Orwell, com a atual forma de uso dos meios técnicos da Informação. Com isso cria-se um paradoxo que envolve a nossa necessidade de esquecimento. Sabemos que o esquecimento é parte importante para a formação da memória. Contudo, no campo dos meios técnicos e da obsolescência, estamos

muito mais próximos dos buracos da memória, do que daquele esquecimento feliz que é necessário para o indivíduo e para sociedade.

Também poderia ter sido abordado questões sobre a experiência, no sentido abordado por Walter Benjamin. Winston procurou na sabedoria dos mais velhos algum conhecimento sobre o período anterior ao regime do Grande Irmão e seu partido. O que ele encontrou foi alguém sem nenhuma informação concreta (ORWELL, 2009, p. 107-114). Se para Benjamin, a informação empobreceu pela ausência de experiência atrelada a ela, provocando “uma nova forma de miséria” (BENJAMIN, 1987, p. 115) que surge com “esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem” (BENJAMIN, 1987, p. 115). No livro de Orwell, de certa forma, ocorre o oposto, a ausência de informação, de documentos, de memória em meio a um regime de atualização constante, em um presente sem passado nem futuro, criou pessoas sem nenhuma experiência.

Apesar de todas estas maneiras possíveis para entender o livro de Orwell, foi escolhida a via do Regime de Informação. Conceito que começou a ser desenvolvido por Bernd Frohmann, em 1995. No Brasil, Maria Nélide González de Gómez se debruçou sobre a temática e desenvolveu a sua visão própria do conceito. O que chama a atenção é a proximidade entre o conceito, em qualquer uma de suas definições apresentadas, com o conteúdo do livro de Orwell. A metodologia deste trabalho usou a definição apresentada por González de Gómez (2012) em conjunto com os critérios da análise de conteúdo para construir o caminho para entendimento do livro *1984*. Contudo, poderíamos ter escolhido qualquer umas das definições Regime de Informação apresentadas. A maneira que Orwell escolheu para sistematizar seu conhecimento sobre o mundo em seu tempo, ainda possui relações com nosso período atual.

É diante do que foi e do que poderia ter sido, que é possível enxergar a riqueza de discussões que a ficção é capaz de fomentar. Como dito anteriormente, ela está presente em nossas representações do passado, pode ser usada como maneira de entendimento de mundo e é uma produção essencial para nossa existência. O caso específico do livro de Orwell carrega em si vários pontos de contato com nosso mundo atual. Em vista do que foi abordado neste trabalho, é preciso reconhecer, que é necessário maior aprofundamento por parte do autor sobre assunto.

Após o correr do trabalho escrito, acredita-se, que se cumpriu um dos maiores interesses propostos que é a aproximação dos campos da Ciência da Informação e da ficção, por meio da narrativa de ficcional. A partir da ficção é possível entender a um pouco mais da realidade, uma vez que ela carrega em traço intenções e interesses de quem escreveu sobre si mesmo e sobre sua realidade. O autor deste trabalho encerra o processo de escrita com mais dúvidas que

respostas sobre as várias temáticas apresentadas e debatidas ao longo do texto e, com a certeza que quanto mais se estuda menos se sabe, já que as dúvidas, além de serem infinitas, surgem no ato da leitura e escrita.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de (org.) **Ciência da Informação e Literatura**. Campinas: Alínea, 2012.

ALVARES, Lillian; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n.3, p. 195-205, set./dez. 2010.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tinf/a/rQZcj9bqkmQW5xrpLK8Z8NL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 nov. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é ciência da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33968>. Acesso em: 04 fev. 2022.

BARBOSA, Sidney. A literatura e a ciência da informação. *In*: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T.C. de (org.). **Ciência da informação: múltiplos diálogos**. Marília: Cultura Acadêmica, 2009. p. 77-88.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977. 229 p.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo Silva. **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. 252 p.

BEZERRA, Emy Pôrto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivanio Duarte de. Regime de Informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, mai/ago. 2016. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/89054>. Acesso em: 02 maio 2022.

BORGES, Jorge. Luis. **Ficções**. São Paulo: Globo, 1998.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo, Globo, 2009.

BRAZ, Julio Stéfano Rosa. **Sobre verdades da ficção**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BUSH, Vanneva. Como podemos pensar. Tradução: Luana Villac. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 14, n.1, p. 14-32, mar. 2011. Título original: How we can think. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/9dXfz7Dbnqhw7NKQRQ3Kng/?lang=pt>. Acesso em 9 nov. 2021.

CAMUS, Albert. **O estrangeiro**. 50. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CANDIDO, Antônio. Direito à Literatura. *In*: CANDIDO, Antônio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 171-193.

CANDIDO, Antônio. **O discurso e a cidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2015.

CAPURRO, Rafael. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DODEBEI, Vera Lucia. Pós verdade e (des) informação possíveis contextos discursivo-conceituais. **Em Questão**, Paraná, v. 27, n. 2, p. 117-137, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/157157>. Acesso em: 2 ago. 2022.

ECO, Umberto. **Seis passos pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: CONNECTEDNESS: INFORMATION, SYSTEMS, PEOPLE, ORGANIZATIONS, 23., 1995, Alberta, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide de González de. Regime de Informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012b. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 1 mar. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. González de. As Ciências Sociais e as questões da informação. **Morpheus**, [S.l.], ano 9, n. 14, p. 18-37, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. González de. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero**, [S.l.], v.1, n.6, p.1-11, dez. 2000. Disponível em: <https://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf>. Acesso em 9 ago. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. González de. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais: Edições Vértice, 1990, 190p.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARTOG, François. **Os antigos o passado e o presente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HITCHENS, Christopher. **A vitória de Orwell**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo, 2009.

HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória. *In*: HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 155-176.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOOP, R. **Comunicação e mídia na literatura distópica de meados do século 20**. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Visual, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4473/1/433625.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

LARSSON, S. **Os homens que não amavam as mulheres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: 34, 1993. 208 p.

MANN, Golo. 1984. *In*: ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 386-393.

MARTINS, Adriana. Resistência à (des)ordem do mundo ou a dimensão ético-política da escrita de George Orwell. *In*: VIEIRA, Fátima; SILVA, Jorge Bastos (org.). **George Orwell: perspectivas contemporâneas**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2005. p. 51-60.

MATOS, Jacinta Maria. “The road from Mandalay”: Orwell e o imperialismo. *In*: VIEIRA, Fátima; SILVA, Jorge Bastos (org.). **George Orwell: perspectivas contemporâneas**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2005. p 13-32.

MENDONÇA, Ercilia Severina. Epistemologia, Tecnologia, Paradigma: as origens da Ciência da Informação. **DataGramZero**, v.15 n.6, p. 1-13, out. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/8059>. Acesso em 9 nov. 2021.

MENESES, Ulpiano Bezerra. A pesquisa como produção de conhecimento. *In*: SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS: PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO, 4., 2002, Rio de Janeiro. **Anais do [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Ruy Barbosa, 2002. Tema: A pesquisa no museu como produção de conhecimento original, p. 17-39. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&pagfis=170>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MEYERS, Jeffrey. **George Orwell: the critical herriatage**. London: Routledge, 1975.

NODARI, Alexandre. Alterocupar-se: obliquação e transicionalidade na experiência literária. **Literatura e Experiência**, Brasília, n. 57, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/25925>. Acesso em 15 ago. 2022

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Memória: interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 17-20.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg; CASTRO, Raissa Mota. A memória na ciência da informação: uma análise da produção científica brasileira. *In*: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Memória**: interfaces no campo da informação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 79-110.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**: um conto de fadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ORWELL, George. **Dentro da baleia e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ORWELL, George. Dentro da baleia. *In*: ORWELL, George. **Dentro da baleia e outros ensaios**. Tradução: Karla Lima. São Paulo: Principies, 2021, p. 9-51.

ORWELL, George. **Dias na Birmânia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PEN, Marcelo. 1984: 70 anos em capas. *In*: ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Edição especial. p. 369-383.

PEN, Marcelo. Apresentação. 1984: recepção problemática e o paradoxo do exílio. *In*: ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Edição especial. p. 25-36.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000.

PIMLOTT, Ben. **Posfácios**. *In*: ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 381-394.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan/abr. 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PLATÃO. **Fredo**. Tradução Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

PYNCHON, Thomas. Rumo a 1984. *In*: ORWELL, George. **1984**. Tradução: Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Edição especial. p. 436-469.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007. 535p.

RICOEUR, Paul. **Memória, história e esquecimento**. Tradução: Hugo Barros. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos, [2000?]. Título original: Memory, history, oblivion. Disponível em: [https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia). Acesso em: 12 jan. 2021.

SANTANA, Renata Jeane de. **Escuta, Nelson**: representação e memória da cidade do Recife nas letras de frevo do maestro Nelson Ferreira. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SANTOS, Charlene Maria dos. **Percursos temático e figurativo na literatura de cordel**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Desregulagens**: educação, planejamento e tecnologia como ferramenta social. São Paulo: Brasiliense, 1981. 238p.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARTRE, Jean-Paul. **O que é literatura?**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

SILVA, Edcleyton Bruno Fernandes da; SAMPAIO, Diogo Araújo. O boom informacional: a tecnologia e a gênese da ciência da informação. **BiblioCanto**, Natal, v. 3, n.2, p. 3 – 16, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/bibliocanto/article/view/12349> Acesso em: 9 nov. 2021.

SILVA, Elisabete do Rosário Mendes. **O socialismo de Orwell**: uma nova proposta social em plena Segunda Guerra Mundial. In: VIEIRA, Fátima; SILVA, Jorge Bastos (org.). **George Orwell**: perspectivas contemporâneas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2005. p. 33-50.

TAVARES, Derek Warwick da Silva; LOUREIRO, José Mauro Matheus; MEDEIROS, Shara Rachel Silva Dutra de. Informação e memória: acerca das interrelações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB; ANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2926>. Acesso em 17 jun. 2021.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2013.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009. 96p.

WEINRICH, Harald. **Lete**: a arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200. 346 p.

ZAMIÁTIN, Ievguêni Ivánovitch. **Nós**. São Paulo: Aleph, 2017.

### APÊNDICE A – Quadro ação de informação e meta informação

Ações de Informação		
Meta informação		
Capítulos 1 ao 4		
Nome	Função	Descrição
Ministério da verdade	Produzir notícias, entretenimento, educação e belas-artes.	Prédio branco com forma piramidal e trezentos metros de altura.
Ministério do Amor	Responsável por manter a lei e ordem	Não há
Ministério da Pujança	Encarregado pela economia	Não há
Ministério da paz	Responsável pela guerra	Não há
Grande Irmão	Supostamente é o principal gestor da Oceânia. Não se sabe se a personagem realmente existe ou se é apenas simbólica. Suas aparições são acompanhadas da frase "O grande irmão está de olho em você".	Homem branco de bigode com aproximadamente 45 anos. Só aparece por meio de imagens em cartazes, teletelas etc.
Polícia das Ideias	Responsável pela vigilância.	Não há
Departamento de documentação	Setor interno do Ministério da Verdade. Atua nas retificações de material impresso. Também é responsável por recolher livros, jornais e outros documentos de circulação, caso tenham sido alterados. Não é revelado quem são os responsáveis pelas decisões tomadas.	Local com vários postos individuais de trabalho. Cada posto possui os dispositivos necessários para execução dos serviços.

## APÊNDICE B – Quadro ação de informação e infraestrutura

Ações de informação		
Infraestrutura		
Capítulos 1 ao 4		
Nome	Função	Descrição
Teletela	Transmitir comunicados, propagandas e conteúdos gerais. Também funciona como dispositivo de monitoração e transmite áudio e vídeo do local em que se encontra. O dispositivo não pode ser desligado.	Placa oblonga de metal
Ditógrafo	Usado para solicitar documentos e jornais que serão "retificados". Também é usado para ditar o texto que será impresso.	Pequeno tubo pneumático
Buraco da memória	Usado para descarte de papel. Faz parte da infraestrutura usada na manipulação da informação e do passado.	Abertura retangular. É ligada a uma série de tubos que terminam em fornalhas.
Rede de tubos	Fazem parte dos dispositivos usados para alteração dos documentos. Servem como meio de transporte entre aqueles que enviam, alteram e arquivam os novos documentos. Não se sabe quem são os responsáveis pelos enviam e arquivamento	Tubo pneumático